

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

ELIANE MAGALHÃES ROSA

**AS CARACTERÍSTICAS FAMILIARES DOS PARTICIPANTES DO
PROJETO SER CRIANÇA, EM SÃO JOSÉ/SC**

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 29/07/07


Rosana Maria Gato
Depto de Serviço Social / CSE

Florianópolis

2007/1

ELIANE MAGALHÃES ROSA

**AS CARACTERÍSTICAS FAMILIARES DOS PARTICIPANTES DO
PROJETO SER CRIANÇA, EM SÃO JOSÉ/SC**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Catarina Maria Schmickler

Florianópolis

2007/1

ELIANE MAGALHÃES ROSA

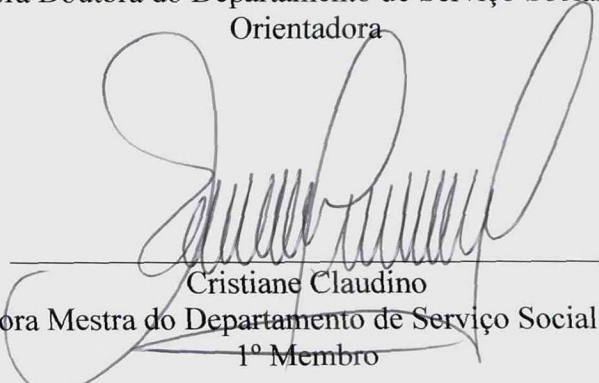
**AS CARACTERÍSTICAS FAMILIARES DOS PARTICIPANTES DO
PROJETO SER CRIANÇA, EM SÃO JOSÉ/SC**

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado e aprovado em sua forma final, pelo Departamento de Serviço Social, do Centro Socioeconômico, da Universidade Federal de Santa Catarina no dia 26 de julho de 2007.

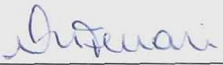
Professora Dr^a Maria del Carmem Cortizo
Coordenadora do Curso de Serviço Social

Apresentado à Banca Examinadora composta por:

Catarina Maria Schmickler
Professora Doutora do Departamento de Serviço Social – UFSC
Orientadora



Cristiane Claudino
Professora Mestre do Departamento de Serviço Social – UFSC
1º Membro



Márcia Regina Ferrari
Assistente Social da Secretaria de Ação Social de São José
2º Membro

AGRADECIMENTOS

Primeiro a *Deus*, o pai supremo, por sua infinita bondade.

Ao meu companheiro e amigo de todas as horas, meu amado marido *Luiz Filipe*, pelo apoio e efetivo compartilhamento das tarefas domésticas, em especial o preparo de nossa alimentação.

Aos meus amados filhos, *Camila, Filipe e Mônica*, que foram as cobaias dos experimentos gastronômicos do pai.

À minha orientadora, professora Dr^a *Catarina Maria Schmickler*, pela compreensão e estímulo para a realização deste trabalho.

À minha supervisora de campo, a amiga e incentivadora *Carla de Barros Leiras*, que muito contribuiu para minha formação, pelos belos momentos de reflexões que ela proporcionou, e porque soube, acima de tudo, trabalhar com minhas ansiedades e inseguranças.

À *Diretoria da Associação dos Moradores do Jardim Amodelar* e à equipe do Projeto Ser Criança, pela ajuda e apoio na elaboração deste trabalho.

Às *famílias dos participantes do Projeto Ser Criança*, pelo carinho e afeto com que me receberam.

Enfim, *a todos* que, de uma forma ou de outra, tenham contribuído para a realização deste trabalho.

Quem compreende que o mundo e a verdade sobre o mundo são radicalmente humanos, está preparado para conceber que não existe *um* mundo-em-si, mas muitos mundos humanos, de acordo com as atitudes ou pontos de vista do sujeito existente.

(W. Luyjpen)

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso é referente ao tema “Famílias” e traz como objeto principal a busca pela compreensão das características existentes nas famílias dos integrantes do Projeto Ser Criança. O projeto é desenvolvido pela Associação dos Moradores do Jardim Amodelar, situado no bairro de Barreiros em São José/SC, e objetiva, por meio de uma abordagem sócio-pedagógica, contribuir para o presente e futuro das crianças e adolescentes que dele participam. Atualmente, o Ser Criança também se configura como um espaço potencial para a atuação do Serviço Social. Partindo da assertiva de que a família é o berço da socialização primária e objetivando melhor entender o comportamento apresentado por essas crianças e adolescentes, procurou-se por razões no cerne de suas famílias. No estudo desenvolvido, são apresentados recortes históricos sobre a dinâmica familiar, que nos permitem compreender como ocorreram as suas transformações, através dos tempos. Foram colhidos dados pertinentes à situação socioeconômica dessas famílias, a partir de visitas domiciliares, entrevistas e observação, bem como outros, que concorreram para enfatizar e esclarecer as dinâmicas por elas vivenciadas.

Palavras- chave: Características Familiares. Crianças. Adolescentes. Projeto Ser Criança. Serviço Social.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 –	Procedência das famílias.....	50
Tabela 02 –	Tipologia familiar.....	52
Tabela 03 –	Escolaridade dos pais.....	57
Tabela 04 –	Ocupações dos pais.....	57
Tabela 05 –	Renda familiar <i>per capita</i>	59
Tabela 06 –	Situação das propriedades.....	60
Tabela 07 –	Idade das crianças e adolescentes.....	62
Tabela 08 –	Relação idade X série escolar.....	63

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 –	Procedência dos pais.....	50
Gráfico 02 –	Procedência das mães.....	50
Gráfico 03 –	Tipologia familiar.....	52
Gráfico 04 –	Renda familiar medida em salários mínimos.....	58
Gráfico 05 –	Situação das propriedades.....	60
Gráfico 06 –	Idade das crianças e adolescentes.....	62

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	09
1	TRAJETÓRIA DA FAMÍLIA: DA ORIGEM À SUA REPRESENTAÇÃO NO SÉCULO XXI	13
1.1	OS PRIMEIROS GRUPOS HUMANOS.....	13
1.2	UM RETRATO DA FAMÍLIA NA IDADE MÉDIA.....	17
1.3	AS MUDANÇAS OCORRIDAS NO SEIO DA FAMÍLIA A PARTIR DA IDADE MODERNA.....	21
1.4	OS DRAMAS E AS SITUAÇÕES PASSÍVEIS DE GERAR OS CONFLITOS FAMILIARES NA IDADE MODERNA.....	23
1.5	A FAMÍLIA BRASILEIRA NO PERÍODO COLONIAL.....	27
1.5.1	A família patriarcal nordestina	27
1.5.2	A família burguesa do sul	31
1.6	“ANOS DOURADOS” E O MUNDO DO TRABALHO FEMININO.....	33
1.7	OS CAMINHOS PARA A ATUALIDADE.....	37
2	PROJETO SER CRIANÇA – CONHECENDO AS FAMÍLIAS DOS PARTICIPANTES	40
2.1	A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO.....	40
2.1.1	A Associação dos Moradores do Jardim Amodelar	40
2.1.2	A concretização do Projeto Ser Criança	41
2.1.3	O Serviço Social e sua atuação no Projeto Ser Criança	42
2.2	O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ.....	43
2.2.1	Barreiros – bairro sede da Associação dos Moradores do Jardim Amodelar	45
2.3	FOCALIZANDO AS FAMÍLIAS DOS PARTICIPANTES DO PROJETO SER CRIANÇA.....	46
2.4	ESTABELECENDO ALGUNS DADOS COMPARATIVOS ENTRE AS CARACTERÍSTICAS DAS FAMÍLIAS EM PERÍODOS DISTINTOS.....	61
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
	REFERÊNCIAS	68
	ANEXOS	

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso é fruto do período de estágio curricular obrigatório do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. Ele foi desenvolvido no âmbito do Projeto Ser Criança, que tem, como intuito, atender crianças e adolescentes do Bairro de Barreiros e região (São José), em contra-turno escolar, e é desenvolvido nas dependências da Associação dos Moradores do Jardim Amodelar (AMORJA), no Município de São José.

Durante esta vivência (setembro de 2006 a janeiro de 2007), o Serviço Social da entidade identificou, como principal demanda para intervenção, o conhecimento das famílias das crianças e adolescentes atendidos, os quais, muitas vezes, apresentavam comportamentos agressivos e/ou apáticos, além de, em algumas ocasiões, serem negligenciados nos aspectos afetivos, alimentares e de higiene, por seus familiares. A partir da identificação dessa demanda, nasceu a proposta de direcionar o projeto de intervenção de estágio ao segmento “famílias”.

O objetivo principal da proposta foi o de identificar e analisar as características das famílias de crianças atendidas pelo Projeto Ser Criança. Como objetivos específicos, houve uma busca por razões que permitissem compreender o comportamento dos integrantes do projeto; traçar o perfil socioeconômico e educacional das famílias; identificar como se articulavam e que arranjos estabeleciam diante do contexto em que viviam; por fim, subsidiar as futuras ações do Serviço Social da entidade.

Durante a execução do projeto de intervenção, estreitaram-se os laços entre as famílias, a equipe do Projeto Ser Criança e a diretoria da Associação, permitindo uma melhora significativa no relacionamento entre esses três atores sociais. Foi usada como estratégia de aproximação com as famílias a promoção de eventos, como cafés coloniais e almoços. Nessas ocasiões, as famílias foram informadas sobre a proposta de estágio e sobre as vantagens que traria ao atendimento a seus filhos. Foi-lhes explicitado que sua participação e disponibilidade seriam imprescindíveis para o sucesso da intervenção. Portanto, se contaria com o acolhimento, durante as visitas domiciliares e no decorrer das entrevistas.

A intenção era de realizar visita domiciliar ao universo das famílias atendidas, contando, inicialmente, com a presença da supervisora de campo. Entretanto, por algumas vezes, a supervisora não presenciou as visitas, objetivando contribuir para a autonomia da estagiária. Porém o processo foi acompanhado de intensa discussão e reflexão entre ambas.

Alimentou-se a idéia de que tais visitas domiciliares não demandariam muito tempo, tendo em vista uma ligação antiga com as famílias das crianças atendidas (desde a fundação da AMORJA). Sendo assim, surpreendeu a resistência das famílias em receber o Serviço Social do projeto freqüentado por seus filhos, fator que exigiu paciência e perseverança para a concretização das atividades propostas no Plano de Estágio. Essas dificuldades ensinaram a lidar com a frustração.

Os 45 participantes do projeto correspondiam a 25 famílias. Dessas, três haviam se mudado e não deixaram os novos endereços; duas desligaram-se, em razão de os filhos terem alcançado a idade limite atendida, e sinalizaram a falta de interesse na visita; três desligaram-se do projeto e uma¹ desmarcou a visita tantas vezes, que o período do estágio se encerrou, sem que fosse possível realizá-la. Dessa maneira, do universo de 25 famílias, somente 16 foram entrevistadas.

Embora não se tenha entrevistado a totalidade das famílias, foi possível obter contato com relatos riquíssimos sobre diferentes características familiares, o que fundamentou a elaboração do presente Trabalho de Conclusão de Curso.

O primeiro capítulo deste trabalho resgata alguns períodos da História, os quais se julgou significativos para evidenciar as dinâmicas familiares de tais épocas. Evidencia-se que, nos primeiros agrupamentos, os seres humanos se uniam em arranjos familiares, a fim de garantir a sua sobrevivência. Milhares de anos depois, a sociedade humana ainda se vale do mesmo recurso: as famílias. No entanto, hoje são vistas novas configurações do núcleo familiar, reinventadas ao longo da história.

Dos primitivos agrupamentos humanos e da dominância feminina, se passa a explorar os temas da autonomia da mulher e do ciclo de sua dependência, com relação ao homem. Trata-se de um período em que as residências não ofertavam privacidade, ali residindo não só o núcleo familiar, mas também os parentes e agregados. Seguindo a linha histórica, se chega à queda do sistema de linhagem e à instauração do sistema de primogenitura. As crianças eram sistematicamente enviadas para fora de casa, primeiro para a casa das amas de leite, quando recém-nascidas. Num segundo momento, iam para a casa dos mestres, a fim de aprenderem um ofício.

¹ No início do ano letivo 2007, o filho dessa família chegou ao projeto, com marcas pelo corpo. O menino contou que o pai lhe batera, porque, sem autorização, jogou *video-game*. A equipe do projeto denunciou a situação para o Conselho Tutelar, o que acarretou em advertência e orientação ao pai. Posteriormente, a criança informou que as agressões eram freqüentes, mas que, ultimamente, não estavam acontecendo. Essa prática familiar – atrelada ao “segredo da família” – foi interpretada como sendo o obstáculo para a realização da visita.

Posteriormente, um novo elemento entra em cena, “a escola”, e com ela as primeiras demonstrações acerca do sentimento de família, ocorrendo em paralelo à rejeição ao sistema de primogenitura que, por sua vez, proporcionou a igualdade entre os filhos. A casa havia deixado de ser uma extensão do espaço público e adquirira um caráter privado. Os pais passaram a acompanhar de perto a educação dos filhos, uma vez que o sentimento de família que surgira, já não permitia mais o antigo afastamento. Passou a prevalecer uma dinâmica familiar diferenciada dos períodos anteriores.

Ainda no primeiro capítulo, se buscou enfocar as características familiares, através dos motivos que geravam tensões e conflitos. A partir daí, a temática das características familiares foi trazida para o universo brasileiro, abordando exemplos típicos de famílias, no período colonial: a patriarcal nordestina, com a submissão da mulher, e a família burguesa do sul, com o significativo número de celibatários e sua tendência à simplificação.

No penúltimo item desse capítulo, aborda-se o período referente aos “anos dourados”, época em que a mulher ideal era a que desempenhava os papéis femininos tradicionais: cuidados com os filhos e com o marido. Pode-se ver que o efetivo ingresso da mulher no mercado de trabalho, orientado pelos mais diversos fatores, por um lado proporcionou-lhe uma participação na esfera pública. Contudo, por outro lado, causou significativas alterações na dinâmica familiar.

No segundo capítulo, com base no referencial teórico pesquisado, discute-se o material obtido nas entrevistas e visitas domiciliares realizadas durante o estágio curricular obrigatório (anexo 01), e é analisada as características familiares dos integrantes do Projeto Ser Criança. Na identificação dessas famílias, se trabalha questões como: a procedência, as tipologias, a escolaridade e a ocupação dos pais, a renda familiar (medida em salários mínimos), a renda *per capita*, a situação da propriedade, a idade das crianças e adolescentes e a relação idade *versus* série escolar.

Os dados coletados foram apresentados em tabelas e gráficos, oferecendo melhor visualização dos mesmos.

Ao discutir os dados, transformando-os em informações relevantes, se procurou identificar, com maior objetividade, o grau de vulnerabilidade dessas famílias que atingem. Foi possível observar como as dificuldades cotidianas decorrentes do seu contexto influenciam nos relacionamentos familiares, muitas vezes sem que os próprios sujeitos envolvidos se dêem conta de tal influência. Dado que a família é o núcleo básico de socialização primária das crianças, e que são as experiências vivenciadas durante essa fase da vida que irão embasar

a socialização secundária, permanecem, como produto da análise realizada, subsídios para melhor compreender o comportamento dos integrantes do Projeto Ser Criança.

De posse desse conhecimento, foi possível propor ações interventivas à instituição, e em especial ao profissional de Serviço Social. A experiência obtida também resultou em informações para iniciar a criação de um banco de dados para o setor de Serviço Social da entidade, contendo o perfil socioeconômico das famílias atendidas pelo projeto, incluindo informações sobre suas características familiares.

Acredita-se que os objetivos propostos foram alcançados e que o presente Trabalho de Conclusão de Curso poderá servir como instrumento para aqueles que trabalham, direta ou indiretamente, com o tema “Famílias”.

1.1 TRAJETÓRIA DA FAMÍLIA: DA ORIGEM À SUA REPRESENTAÇÃO NO SÉCULO XXI

1.1 OS PRIMEIROS GRUPOS HUMANOS

No decorrer da história, a família passou por uma série de mudanças, tanto no seu interior, quanto em sua relação com a sociedade, apresentando as mais diversas configurações e impondo-se com todos os seus matizes. A história da família não se escreve de forma linear e está longe de ser estática. Desse modo, não podemos pensar em família, e sim em famílias, no plural.

No decorrer do presente capítulo, será possível perceber que, de acordo com a conjuntura de cada período histórico, a família foi sofrendo modificações significativas.

“No começo era a mãe. O verbo veio muito depois, em épocas bem mais recentes”, diz Muraro (1995, p. 13). Com essa afirmação, a autora inicia um dos capítulos de seu livro, revelando um pensamento oposto ao convencional. Essa fuga do considerado “senso comum” faz perceber que os bandos humanos primitivos não se reuniam em torno de um macho, o qual dominava os mais fracos e subjugava as fêmeas. Tais grupos eram matricêntricos² e matrifocais, ou seja, seguiam a linhagem da mãe.

Contudo, Muraro (1995) acredita que não tenha existido, em período algum, uma sociedade matriarcal análoga à patriarcal, pois, se assim fosse, tal sociedade deveria ser

[...] governada por mulheres da mesma maneira que os homens governam nossas sociedades atuais, isto é, de maneira autoritária, de cima para baixo, os chefes determinando o comportamento e o modo de pensar dos outros elementos do grupo. (MURARO, 1995, p. 13-14)

A autora afirma ainda que as sociedades matricêntricas diferiam das patriarcais, principalmente, nos seguintes aspectos: primeiro, *o casamento* tendia a não ser uma relação exclusiva e orientada para a possessividade, uma vez que a natureza estável do casamento patrilinear advinha mais da coerção do que da escolha, acompanhada de permissividade sexual. O segundo aspecto trata da *relação com os filhos*, incluindo o contato pai/filhos ou

² A gestão familiar era feita pela mulher, o que lhe conferia um espaço privilegiado de dominância que redundava num prestígio psicológico transmitido às filhas, sem que isso significasse um subsistema do que posteriormente veio a ser conhecido como patriarcado.

mãe/filhos, que se caracterizava como uma relação protetora, orientada para a autonomia consciente dos sucessores (MURARO, 1995).

As sociedades matricêntricas se formaram em torno de estratégias essenciais, entre os animais de grande porte. Os filhotes de espécies com esse perfil nascem indefesos, fazendo-se necessária uma relação íntima entre a mãe e o filho, para evitar a morte da cria. Desse modo, não existe competitividade acirrada entre os membros do grupo, para determinar quem é o mais forte e dominante: as fêmeas cooperam entre si, mantendo proteção e cuidado mútuos, possivelmente orientadas pelo tamanho reduzido, se comparadas ao macho, e pelo rústico e inóspito ambiente em que vivem.

Muraro (1995) revela que, em geral, as fêmeas (mães, irmãs e tias) vivem em conjunto, cabendo à fêmea dominante a função de zelar pelo território e, posteriormente, de transferi-lo à posse das filhas. “Em quase todas as sociedades animais, as fêmeas são as residentes permanentes, os machos são móveis” (MURARO, 1995, p. 15). Devido a essa posição central da fêmea, é perceptível sua dominância, o que, contudo, não se traduz em dominação. Segundo a autora,

[...] dominância ou predominância é a capacidade inata ou adquirida de um membro do grupo de sobressair, seja por sua personalidade, beleza, capacidade reprodutora, como é nosso caso, mas não inclui a repressão e a coerção da vontade dos outros membros do grupo, como no caso da dominação. (MURARO, 1995, p. 15)

Com relação aos chamados “homens das cavernas”, cabe salientar que não se tratava de seres brutos e cruéis. Tal imagem é distorcida e nada real. Na verdade, de acordo com a autora, os referidos homens eram altruístas e as mães desses grupos passavam a maior parte de suas vidas alimentando, cuidando e educando os filhos. A sobrevivência do grupo e, principalmente da prole, dependia dos cuidados dispensados por todas as fêmeas, e não somente da mãe. Os frutos coletados e/ou as caças eram divididos entre todos, envolvendo os dois sexos.

Em sua obra, Muraro (1995) discorda do pensamento de Lévi-Strauss, autor que considera que, nos primórdios da espécie humana, as mulheres eram utilizadas pelos homens como moeda de troca por alimento, território ou segurança. A referida autora evidencia que Meillassoux³ provou que, naquele estágio da civilização, quem circulava era o homem; o elemento fixo era a mulher. “O núcleo das primeiras sociedades humanas deve ter sido um

³ Antropólogo francês cuja corrente teórica é a da antropologia marxista.

conjunto de mães com seus filhos, acompanhadas de outras mães, seus irmãos e outros machos que se agregassem ao grupo” (MURARO, 1995, p. 23).

Seguindo a linha demarcada por Muraro (1995), pode-se chegar à conclusão de que as primeiras mulheres, devido à sua centralidade, eram independentes economicamente e interagiam com machos que fossem mais cooperadores, não violentos e competitivos, e que partilhassem com elas o alimento, sem que isso significasse um risco para as crianças.

A autora organiza as modificações das famílias no tempo, considerando o intervalo entre o ano 4 mil a.C. até 130 mil anos atrás, enfatizando que não há evidências de que, nesse espaço de tempo, os grupos matricêntricos tenham utilizado armas uns contra os outros, ou de que tenham exterminado algum grupo. A violência e a crueldade não passavam de artifícios do ideário patriarcal. Esse tipo de sociedade primitiva nunca existiu. Os membros tinham como foco protegerem-se e, principalmente, garantir a vida e os cuidados para com os recém-nascidos, tornando a agressividade algo praticamente inexistente. Ao que tudo indica, caso tivesse adotado a auto-agressão como prática comum, essa sociedade não teria se desenvolvido.

Há aproximadamente 200 mil anos, surge o *homo sapiens*, espécie humana que, em sua organização, também desconsiderava a paternidade e mantinha o sistema matrilinear: as crianças ficavam com as mães e, caso a genitora falecesse, as crianças eram acolhidas por outras mulheres. A ordem social era “fluida e permissiva”, com casamentos permanentes, semipermanentes ou casuais.

Nesse período, os seres humanos viviam em constante movimento e, quando o alimento escasseava, buscavam-no em outros locais. Muraro (1995) acredita que havia uma divisão sexual do trabalho, a qual pode ser considerada arbitrária: em um grupo, a mulher fazia a cerâmica e o homem pescava e, em outro, poderia acontecer o inverso. Deduz-se que tal divisão tenha sido originada pelo fato de que a mulher, diante de sua capacidade de gerar descendentes, tenha se habituado a alimentar e proteger os filhos. Possivelmente desse hábito difundiu-se a idéia de que a mulher era dotada de *vocação* para alimentar e cuidar de todo o grupo, enquanto que os homens caçavam e pescavam para si.

Em sua obra, Muraro (1995) sugere que, a partir da internalização da “vocação” supracitada, tenha se iniciado a divisão sexual do trabalho. Os homens queriam a definição de suas funções, uma vez que a da mulher estava assegurada pela maternidade. Muraro diz ainda que, nessa sociedade, havia uma certa “inutilidade do homem”, justificada diante do então desconhecido papel do homem na procriação. As mulheres tinham, pesando sobre seus ombros, muitas responsabilidades, o que comprova que,

[...] em quase todas as sociedades, as mulheres sempre trabalharam mais do que os homens. Toma menos tempo caçar do que fazer a coleta dos alimentos ou cultivá-los. Assim, geralmente os homens que evocam a si a caça têm mais tempo livre do que as mulheres. (MURARO, 1995, p. 30)

Os estudiosos da Antropologia compactuam da idéia de que os primeiros grãos de alimento tenham sido plantados pelas mãos de mulheres, e de que a descoberta dos ciclos da natureza também partiu de observações femininas, as quais comparavam tais ciclos aos do próprio corpo, como, por exemplo, o ciclo menstrual. A horticultura desenvolvida pela mulher possibilitou que os grupos ocupassem pequenos espaços, sem prejuízo da alimentação; prática diferenciada da coleta, que exigia um território mais amplo.

A espécie humana atravessou uma série de transformações físicas e comportamentais, ao longo do tempo. Há 30 mil anos, a caça passou a desempenhar papel importante na sociedade primitiva⁴, acompanhando a evolução humana.

Segundo Muraro (1995), os intelectuais se reportam à caça como o motivo da alteração do comportamento entre o homem e a mulher. Alegam que a agressão entre os homens poderia ter sido originada por conta da caça, possível estopim para as lutas que buscavam demarcação do território, coesão e respeito à hierarquia social, incluindo a dominação do homem sobre a mulher. Tal dominação também pode ser justificada pela quantidade de tempo livre de que o homem dispunha, podendo ocupar-se de criar e desenvolver armas e cultos direcionados unicamente para os próprios homens, excluindo a participação das mulheres.

No período neolítico⁵, o ser humano deixou de ser nômade e passou a fixar-se na terra, pois, como dominava técnicas agrícolas e de criação de animais, não teria sua subsistência ameaçada. Essa mudança de comportamento exigiu que os espaços fossem delimitados e que fossem distribuídas cotas de terra aos membros tribais. A evolução⁶ para a apropriação de tais cotas ocorria pacificamente ou com lutas, culminando com a origem da propriedade privada. Por sua vez, o surgimento desse conceito – propriedade privada⁷ – subsidiou a formação da família monogâmica, resultado de inúmeras alterações na dinâmica familiar, em especial a

⁴ Período paleolítico – compreende o espaço de tempo entre o aparecimento dos primeiros homínidas, até aproximadamente 26.000 a.C.

⁵ Período neolítico – compreende, aproximadamente de 26.000 a.C. até por volta de 5.000 a.C.

⁶ O período seguinte ao neolítico, o da Idade dos Metais, foi o momento em que o homem, aperfeiçoando técnicas de metalurgia, conseguiu elaborar instrumentos de trabalho e armas. Com isso, alguns grupos passaram a deter a hegemonia sobre outros. Foi o tempo do aparecimento das cidades, invenção da roda e do arado de bois, das dinastias dos Faraós no Egito. Aproximadamente em 4.000 a.C. se deu o aparecimento da escrita, marco inicial da História.

⁷ Engels apud Reis (2001. p, 101).

que envolve restrições às relações sexuais entre os mais diversos parceiros. As limitações colocadas aos intercursos sexuais foram direcionadas, principalmente, à figura da mulher⁸.

Baseando-se nos estudos de Marx e Engels, Muraro (1995) relata que a divisão sexual do trabalho resultou na divisão social do trabalho que, por sua vez, trouxe a especialização e o desenvolvimento de novas tecnologias, as quais foram capazes de criar o excedente, ou seja, o lucro. O excedente era algo que sobrava depois de satisfeitas as necessidades de sobrevivência do grupo, e era utilizado como valor de troca. Essa dinâmica fez surgir uma nova classe dominante: aquela que não necessitava trabalhar e que vivia da troca dos excedentes. Nesse período da Antiguidade, a mulher também era dominada e sua atuação limitada ao âmbito privado, com o objetivo de gerar o maior número de filhos, para executarem seus trabalhos na terra e na defesa do recém-surgido Estado.

O homem estabeleceu, então, uma cultura competitiva: pelas mulheres, pelas terras e pelo excedente, originando a supremacia masculina e fazendo com que, gradualmente, a sociedade se modificasse rumo ao patriarcado.

*

1.2 UM RETRATO DA FAMÍLIA NA IDADE MÉDIA

A Idade Média chega no ano de 476 d.C., em meio a guerras de conquistas, vencidos e vencedores, cenário este que transformou a dinâmica das comunidades agrárias. Os vencedores, poderosos, transformaram-se em senhores feudais e os vencidos e agregados deram origem aos vassalos.

No início da Idade Média, os senhores feudais, aliados à Igreja Católica, esconderam os conhecimentos, hipóteses, teses e conclusões de estudos realizados até então, a fim de dominar o povo. Desse modo, a nobreza e o clero governaram toda a Europa e impuseram aos vassalos trabalhos servis e humilhantes, invariavelmente ligados à terra (COSTA, 2007).

Nesse contexto, encontramos a família empobrecida: homem e mulher trabalhando juntos na terra. Segundo Áries (1981), a mulher trabalhava na terra, tecia, cozinhava e servia ao homem. Para os camponeses, a aldeia tinha um significado superior ao atribuído à família, pois era ela que lhes garantia a defesa contra os inimigos. A casa ainda era uma continuação do espaço público, não havia privacidade e “talvez essa vida privada se passasse tanto ou mais na rua do que em casa” (ARIÈS, 1981, p.133).

⁸ Engels apud Reis (2001, p, 101).

Até o século X, nas famílias dos cavaleiros⁹ (homens de origem nobre), por necessidade de proteção, os laços de sangue os mantiveram unidos. O refúgio da solidariedade é encontrado na linhagem. Na mesma propriedade, moravam “10, 20 senhoras, dois ou três casais com filhos, os irmãos e irmãs solteiras e o tio cônego, que aparecia de tempos em tempos e preparava a carreira de um ou outro sobrinho” (ARIÈS, 1989, p. 144). Dentro da casa não havia privacidade, dormiam várias pessoas na mesma cama: não só o marido e a mulher, mas também outras pessoas do mesmo sexo. Ariès (1981, p. 182) comenta que:

É fácil imaginar a promiscuidade em que as pessoas viviam nessas salas onde era impossível se isolar, que era preciso atravessar para chegar aos outros cômodos, onde dormiam vários casais ou vários grupos de meninos ou meninas (sem contar os servidores, que, ao menos alguns, deviam dormir perto dos patrões e armar as camas ainda desmontáveis dentro do quarto, ou atrás da porta), onde todos se reuniam para fazer as refeições, receber os amigos ou clientes, e, às vezes, distribuir esmolas aos mendigos.

A casa desempenhava várias funções, pois eram raros os lugares públicos que, quando existiam (as tabernas), eram renegados pela má fama. A casa servia para receber os amigos, clientes ou parentes, sendo que as relações comerciais e afetivas usualmente mesclavam-se. Ariès (1981) apontou essa sociabilidade como uma das causas opostas à formação do sentimento familiar, pois não havia intimidade.

Nessa “corte”, a mulher, ao casar-se, não unia seu patrimônio ao do marido, pois não havia a comunhão universal de bens. Cada um administrava seus bens hereditários, sem a interferência do outro. Os filhos, por sua vez, permaneciam nas casas indefinidamente, pois não dispunham de recursos financeiros e, com a morte dos pais, o patrimônio nem sempre era dividido.

Conforme já foi mencionado, não havia o sentimento de família. A Igreja entendia o casamento como uma fraqueza da carne. Era apenas um contrato celebrado nos pórticos das igrejas. A união era abençoada somente com a finalidade de deixar de ser pecaminosa. Nesse período, segundo as orientações da Igreja, para salvar a alma era necessário deixar o mundo e entrar na vida religiosa.

Por volta do século XV, a autoridade dos mandatários, reis ou príncipes, e a segurança pública sofreram grande progresso¹⁰, provocando um “estreitamento das solidariedades da linhagem e o abandono das divisões patrimoniais” (ARIÈS, 1981, p. 144). Com isso, a família tornou-se independente, mas com uma característica diferenciada: o homem aumentou

⁹ Ariès (1989, p.144) está se referindo à origem dos cavaleiros franceses.

¹⁰ Progresso, entre outros, advindo da extensão da fortuna mobiliária e frequência das transações.

sua autoridade e a capacidade da mulher entrou em declínio. Instaurava-se nas famílias a primogenitura¹¹, que vinha substituir a indivisão do patrimônio, reforçando a importância atribuída à autoridade paterna.

Foi o sistema de primogenitura um dos responsáveis pelo infanticídio praticado em diversas regiões européias, pois as crianças dormiam com os pais e morriam sufocadas. Os pais livravam-se dos que não lhes eram agradáveis, ou que, supostamente, viriam a comprometer a primogenitura. A Igreja combatia essa prática, entretanto, pouco podia fazer, uma vez que o ato era executado dentro das propriedades, em segredo, como se tivesse ocorrido um acidente. O autor complementa:

Fazia parte das coisas moralmente neutras, condenadas pela ética da Igreja e do Estado, mas praticadas em segredo, numa semiconsciência, no limite da vontade, do esquecimento e da falta de jeito. (ARIÈS, 1981, p.15)

Essa prática era utilizada somente por algumas nações européias, e não por todas as nações.

Outra atividade comum nesse século (XV) era a retirada das crianças de perto da mulher, fosse a ama ou a mãe. Quando chegavam aos sete anos de idade, aproximadamente, as crianças eram colocadas em casas de outras pessoas. Ingressavam nessas casas como se fossem “escolas do mundo”. Algumas dessas crianças eram destinadas às moradias dos chamados mestres e ali aprendiam uma profissão.

O serviço destinado às crianças não as poupava: realizavam trabalhos pesados, independente de serem meninos ou meninas. O autor relata que

[...] sem nos despojarmos de nossos hábitos de pensamento contemporâneo, hesitamos em decidir se a criança era colocada em casas alheias como aprendiz (no sentido moderno da palavra), como pensionista ou como criado. (ARIÈS, 1981, p.155)

Com isso, o autor afirma a necessidade de nos isentarmos de nossas modernas concepções acerca de trabalho e educação infantil, com o risco de estarmos fazendo julgamento de valor. Até porque “na sociedade antiga o trabalho não ocupava tanto tempo do dia, nem tinha tanta importância na opinião comum: não tinha o valor existencial que lhe atribuímos há pouco mais de um século” (ARIÈS, 1981, p. 127).

¹¹ Sistema em que o primeiro filho homem torna-se herdeiro da quase totalidade dos bens da família.

Esse aprendizado se dava com a mistura das crianças com os adultos. Não havia a segregação das crianças, pois ambos ocupavam os mesmos espaços e a transmissão do conhecimento se dava de uma geração para outra. Era com a convivência diária, nos locais de trabalho, de brinquedos e jogos, e mesmo nas tabernas, que a criança aprendia a viver longe dos pais.

Tratava-se de uma prática educativa que colaborava para a tenuidade dos laços sentimentais entre pais e filhos, provocados pelos longos afastamentos da família. Há que se compreender que essa prática educativa não significava falta de amor, por parte dos pais. Seu objetivo era o de potencializar a contribuição que essa criança poderia trazer para a família. “A família era uma realidade moral e social, mais do que sentimental” (ARIÈS, 1981, p. 158).

Um outro elemento, não totalmente novo, passou a servir de instrumento para a educação da população infanto-juvenil, em especial, entre os mais abastados: a escola. Muito embora a escolarização não tenha sido um monopólio de classe, ela era um monopólio de sexo. Somente os meninos iam à escola. Com relação às meninas, permaneceram inalterados os hábitos medievais: infância curta e falta de escolaridade. Elas eram colocadas sob a orientação de mulheres ignorantes, fato este que não contribuía para retirá-las da condição de analfabetas. Entretanto, mesmo excluindo as meninas, a escola promoveu profundas transformações na família e, segundo Ariès, foi a responsável pelo surgimento do sentimento de infância: a família concentrou-se, pois na infância.

A criança (nesse caso, os meninos abastados, uma vez que as meninas e os meninos pobres continuavam a seguir os antigos modelos de aprendiz) continuava afastada da família, morando em pensões particulares, sob a alegação de que as escolas eram distantes das casas. Muito embora permanecessem em alojamentos, o afastamento tinha outro caráter e duração, diferentemente do de aprendiz. Sobre esse período, Ariès (1981, p. 159) afirma que

[...] o clima sentimental era agora completamente diferente, mais próximo do nosso, como se a família moderna tivesse nascido ao mesmo tempo em que a escola, ou, ao menos, que o hábito geral de educar as crianças na escola.

Pode-se dizer, portanto, que a educação influenciou o modo de pensar e agir da sociedade. A família deixou de ser mera transmissora de bens e de nome para agregar outras funções, tais como a função moral e a espiritual; passou a formar não somente os corpos, mas também as mentes.

1.3 AS MUDANÇAS OCORRIDAS NO SEIO DA FAMÍLIA A PARTIR DA IDADE MODERNA

A compreensão sobre a família moderna¹² e o conceito que acompanha a expressão “família patriarcal” é originada quando, ainda na Idade Média, o poder da mulher, gradativamente, se encolhe, a partir da queda do sistema de linhagem.

A mulher continuou sofrendo perdas, inclusive nos períodos históricos posteriores, como, por exemplo, o direito de substituir o marido ausente ou louco. Já no século XVI a mulher casada foi considerada incapaz. Todos os seus atos deveriam ser autorizados pelo marido ou pela justiça, sob o risco de serem considerados nulos. Tais mudanças agregaram ainda mais poder ao marido, que acabou por alcançar o status de *senhor*. Esses poderes dados ao homem foram alicerçados inclusive judicialmente¹³, como, por exemplo, nas legislações que tratavam da decisão sobre o casamento dos filhos. Com o enfraquecimento dos laços de linhagem, mulher e filhos se viram cada vez mais submetidos à autoridade do homem.

Sobre tais mudanças, Ariès (1981, p. 146) comenta que:

Passara-se, portanto, a atribuir à família o valor que outrora se atribuía à linhagem. Ela torna-se célula social, a base dos Estados, o fundamento do poder monárquico.

A Igreja, por sua vez, também sentiu a necessidade de rever seu conceito sobre a família. Até então, “o sacramento do casamento poderia ter tido a função de enobrecer a união conjugal, de lhe dar um valor espiritual, bem como à família. Mas, na realidade, ele apenas legitimava a união” (ARIÈS, 1981, p. 146). A mudança do conceito de que a sexualidade estava associada à impureza se deu no fim do século XVI, pelo empenho de importantes leigos envolvidos em atividades religiosas, que exigiam “a possibilidade de uma santificação fora da vocação religiosa na prática dos deveres civis” (ARIÈS, 1981, p. 147).

Caminharam paralelos os sentimentos de família e os da promoção religiosa do leigo. A Sagrada Família torna-se o símbolo a ser copiado por todos: São José, até então uma figura secundária no simbolismo católico, assume, junto com o aumento da autoridade paterna, um lugar de destaque, como o chefe da família.

Ainda de acordo com Ariès (1981), os moralistas assim definiam os deveres de um bom pai de família: primeiro, aprender a controlar sua mulher; segundo, bem educar seus filhos e, terceiro, bem governar seus criados. Vários autores, citados por Ariès, tais como De

¹² Período de 1453 a 1789 – Idade Moderna

¹³ Legislação real européia; Ariès não cita a nacionalidade.

Gerard e Bordelon, apontam o mesmo sentido observado nos três deveres de um bom pai de família.

Na modernidade, a casa adquiriu caráter privado, diferente de outros períodos históricos, em que havia uma simbiose entre o público e o privado. Instalou-se um movimento que pregava o isolamento da família, em contraponto ao constante convívio social, e que valorizava a intimidade da vida privada. Entretanto, esse desejo de intimidade foi relatado somente nas classes sociais abastadas. “As classes populares mantiveram até nossos dias esse gosto pela multidão” (ARIÈS, 1981, p. 195).

Nas casas, deveria residir somente a família conjugal, acolhendo, no máximo, um ou outro parente solteiro, e a criadagem. Para tanto, as residências adotaram nova arquitetura, uma vez que não havia mais a necessidade de circular entre os quartos. A criação dos corredores preservava a privacidade entre os cômodos e as camas passaram a ocupar apenas os quartos de dormir. Os cônjuges dormiam em um quarto individual, com, no máximo, a presença de um filho pequeno, e à criadagem foi reservada uma área específica da casa. Os moralistas acenaram para que os criados fossem tratados com reservas e que a família não permitisse que invadissem sua intimidade.

Outro marco que diferencia a família moderna da família medieval é o direito igualitário dos filhos. A desigualdade entre os filhos de uma mesma família passou a ser considerada uma injustiça: “foram os costumes – e não o Código Civil ou a Revolução – que suprimiram o direito de primogenitura” (ARIÈS, 1981, p. 188). Os moralistas educadores eram de opinião de que a legitimidade dessa prática não era compatível com o sentimento novo de igualdade de direito à afeição familiar.

Outra questão importante diz respeito à amamentação da criança. Anteriormente, na Idade Média, a criança era enviada para a casa de uma ama de leite. No período patriarcal, as amas de leite passaram a ter que se deslocar para as residências dos patrões, a fim de cumprirem seu ofício. O sentimento de família não mais permitia o afastamento das crianças. Os filhos maiores, já desmamados, conviviam com uma ou mais criadas e com a mãe e o pai, sentavam-se à mesa para as refeições, junto dos pais, e todos eram convidados a fazer as orações. Este último ato, também diferenciado do período anterior, reconhecia a promoção da infância.

Sobre as refeições, tornaram-se atividades mais curtas, que eliminaram a possibilidade de discussões e piadas. Ao contrário da época anterior, o hábito de discutir cerimoniosamente à mesa tornou-se proibido.

Aliada ao conforto e ao novo visual das crianças, ocorreu a mudança nos trajes dos meninos, sendo criados conjuntos especiais para a infância: foi introduzida a calça comprida, semelhante às do povo e dos marinheiros, o que trouxe mais liberdade de movimentos. Os meninos foram, então, libertados dos vestidos compridos e das calças justas até os joelhos. A referida alteração ocorreu somente nas famílias burguesas ou nobres, pois as crianças camponesas continuaram a usar o mesmo traje dos adultos. Também as meninas permaneceram utilizando as mesmas roupas da época anterior, conservando o antigo modo de vida, que não separava as crianças dos adultos.

Podemos perceber diversas mudanças na família, ao longo da história: de um agrupamento que se unia na busca da defesa, pessoal e/ou patrimonial, sem o sentido de família, passou-se a um grupo menor, que vislumbrava o isolamento como forma de obter intimidade e como maneira de cuidar melhor de suas crianças. Tais transformações fizeram com que a família adquirisse uma nova “dignidade e poder”, os quais ecoaram por toda a sociedade (PERROT, 1997).

Contudo, percebermos que os conflitos familiares se contrapõem à construção de modelos familiares idealizados em um determinado contexto sócio-histórico, e são estes conflitos e dramas familiares constatados a partir do século XIX que se pretende discutir no próximo tópico.

1.4 OS DRAMAS E AS SITUAÇÕES PASSÍVEIS DE GERAR OS CONFLITOS FAMILIARES NA IDADE MODERNA

São vários os dramas da família burguesa patriarcal. Os filhos se revoltaram contra a autoridade do pai, contra as leis do casamento e os costumes hipócritas. Os filhos adolescentes buscavam romper as amarras. As mulheres, impacientes, desejavam vida própria. Todos vislumbravam individualidade e autonomia.

De acordo com Perrot (1997), o dinheiro/patrimônio era um dos principais estopins dos conflitos familiares. A herança continuava sendo uma fonte inesgotável de divergência entre os membros da família. Muito embora os pais tivessem a preocupação de fazer os arranjos necessários a fim de evitar brigas entre os irmãos, a partilha dos bens, invariavelmente, causava atritos. Com relação ao marido e à mulher, o dinheiro envenenava o

cotidiano conjugal: ela, em posição de dependência, utilizava-se de artimanhas para trapacear nas contas domésticas; ele, sentindo-se enganado, a agredia fisicamente (PERROT, 1997).

Cabe salientar que não só nas famílias burguesas ocorriam conflitos originados pelo dinheiro. Nas camadas empobrecidas, os homens iam para as tavernas, gastavam o dinheiro com vinho, embriagavam-se e batiam na mulher e nos filhos. Perrot (1997, p. 266), ainda complementa:

[...] os vexames que, por vezes, recaem sobre alguns filhos suspeitos de não entregar tudo o que ganham a suas mães: principalmente os primogênitos e as moças, sempre sob a suspeita, quando vaidosas, de “rodarem a bolsinha”. Entre os pais operários e adolescentes que querem se emancipar, o dinheiro é um ponto de atrito.

Os conflitos, entretanto, não eram provenientes somente do dinheiro ou da herança. Outros fatores causavam danos emocionais à família, como, por exemplo: a honra, considerada capital simbólico. Tudo o que maculasse a reputação da família ou que diminuísse seu nome era considerado ameaça. O *passo mal dado* de um membro correspondia ao constrangimento de toda a família. Perrot (1997) relata que o erro sexual e o nascimento ilegítimo eram objeto de censura maior do que a falência. A frase “Em suma, a desonra chega através das mulheres, sempre situadas ao lado da vergonha”, representava o pensamento da época – o século XIX (PERROT, 1997, p. 267).

O nascimento do filho bastardo, para a mulher solteira ou a adúltera, era motivo de intensa reprovação. Sendo assim, para fugir da marginalidade, as mulheres se valiam de recursos como: aborto, infanticídio, parto clandestino e abandono da criança. Todos estes, extremamente prejudiciais às crianças e às próprias mulheres. No entanto, encurraladas pelo medo das duras penas que lhes eram impostas, não mediam conseqüências para evitar o constrangimento.

Na tentativa de interromper o infanticídio e o abandono que, invariavelmente, levavam à morte, em 1938 foi instituída na França a “roda dos enfeitados”. Alguns parlamentares, contrários aos malthusianos¹⁴ (que receavam a multiplicação dos pobres), eram de opinião que a roda proporcionaria uma “paternidade social”, ajudando a preservar a honra das famílias.

Algumas vezes, acontecia de a mãe decidir ficar com a criança, o que, nas classes abastadas, culminava com a negociação de compensações, principalmente a financeira. Quanto aos abandonados, Perrot (1997, p. 269) comenta:

¹⁴ Adeptos da doutrina de Malthus, economista britânico que tratava sobre a explosão demográfica.

O ‘nascimento ilegítimo’ é a vergonha sem remissão e, para o bastardo, uma tara. Sem legitimidade, ei-lo entregue a todas as explorações. Nas vilas do Gévaudan, acumulam-no de apelidos ridículos. A sociedade vê nos enjeitados delinquentes em potencial, e trata-os como tal. Os filhos ilegítimos seguem do orfanato para o reformatório como um caminho natural. De lá vão para o Exército, vivendo na caserna às mãos da Comuna e da Grande Guerra, igualmente madrastas.

Dentre os mistérios, quase nunca revelados entre as famílias, estava a sífilis, tendo o sexo como o seu meio de transmissão¹⁵. A contaminação pela sífilis era tida como causadora de problemas e fonte de vergonha, em alguns casos, levando a mulher ao extremo de negar-se a dormir com o marido. A tolerância sexual atingia somente os homens, marcadamente denunciando a desigualdade entre homens e mulheres. Sobre isso, Perrot (1997, p. 272) relata:

A virilidade é moldada por proezas fálicas, praticadas com bastante liberdade sobre as mulheres e, sobretudo as moças – que em Gévaudan podem ser violadas quase impunemente – podendo-se atentar contra o pudor delas, desde que o fato não se faça público.

Somente na segunda metade do século XIX é que alguns Procuradores Gerais começaram a demonstrar sensibilidade diante do estupro e da limitada intervenção judicial, em razão da complacência com que o assunto era entendido.

Dos dramas relacionados ao sexo, ou às vergonhas do sexo, como a autora prefere, dois segmentos despertavam atenção: o adolescente e a mulher. O adolescente, “cuja puberdade é tida como uma crise de identidade potencialmente perigosa para ele e para a sociedade” (PERROT, 1997, p. 271), era percebido como alguém prestes a cometer um crime.

Com relação à sexualidade da mulher, sua virgindade e fidelidade tinham por objetivo principal garantir ao homem a legitimidade do filho. Para tanto, a Igreja Católica desempenhava um papel fundamental. As mulheres mais velhas envolviam as mais jovens em eventos como as congregações e rosários, que difundiam uma rede de práticas e proibições, as quais objetivavam a preservação da virgindade. “Os próprios meios populares fazem da virgindade das filhas um capital: os pais (ou irmãos) acompanham as moças ao baile, lugar em que freqüentemente se dá um encontro brutal dos sexos” (PERROT, 1997, p. 272).

Contudo, mais grave que a perda da virgindade era a infidelidade conjugal da mulher. Segundo a autora (PERROT, 1997), sobre o homem adúltero recaía uma tolerância quase absoluta, com exceção daqueles casos em que ele mantinha um declarado concubinato, situação fortemente censurada. Perrot (1997) relata que as burguesas, por não disporem do

¹⁵ Por volta do século XIX, o sexo era o meio mais comum de transmissão da sífilis.

mesmo acesso à rua que as mulheres das camadas populares, ignoravam tais procedimentos do marido. No entanto, as mulheres urbanas do povo externavam suas revoltas, principalmente quando se julgavam financeiramente prejudicadas. Perrot (1997) afirma que a revolta dessas mulheres traídas e que se julgavam lesadas as fazia recorrer às mais diversas formas de vingança, contra o marido ou a amante.

Enquanto que ao adultério protagonizado pelo homem cabiam todos os direitos, sobre o praticado pela mulher recaía a idéia de se tratar de um mal absoluto.

Outra forma de materialização do conflito nas famílias era a violência, pouco observada no seio da família burguesa, que desaprovava práticas brutais de enfrentamento dos problemas. Segundo Perrot (1997), a família burguesa e, tradicionalmente, as mulheres utilizaram-se do veneno, o arsênico e depois o fósforo, como formas mais sutis e não menos violentas de solucionar seus conflitos.

Contudo, no meio rural e operário, a violência física era o instrumento utilizado em maior profusão para o acerto de contas. Difundia-se a idéia de que “bater na mulher faz parte das prerrogativas masculinas” (PERROT, 1991, p. 277), e as que mais apanhavam não eram as mulheres infiéis, mas sim as “gastadeiras” ou as relapsas. O fato de a comida não estar pronta na hora em que o homem chegava, justificava a morte por espancamento da mulher que, segundo Perrot (1997), era a principal vítima de violência familiar. A fúria contra a mulher era proveniente do desejo do mundo masculino de que ela não se emancipasse.

Um instrumento de coerção paterna muito utilizado era o internamento em asilos, por motivos psiquiátricos. A correção paterna consistia em abrigar os filhos tidos como delinqüentes em reformatórios. Perrot (1997) relata que o número de registros de meninas delinqüentes era bem inferior ao de meninas abrigadas; os pais temiam que elas engravidassem e vigiavam sua “má conduta”, “principal motivo invocado para enviá-las às casas de correção: a virgindade continua a ser o capital mais valioso” (PERROT, 1997, p. 280).

Com relação aos internamentos, é interessante informar que, a partir de 1838, estes se tornaram diferenciados das outras formas de cerceamento da liberdade, como os presídios e os reformatórios. A partir daquela data, só poderiam ir para os asilos aqueles que possuíssem ordem médica.

Eram considerados distorções – principalmente das mulheres – estilos excêntricos de vida e desvios, como as paixões amorosas proibidas: amor pelo pai, amor lésbico ou por um homem mais novo. Sob o manto da loucura também estavam aquelas mulheres que buscavam uma saída para uma infelicidade familiar real, mulheres abandonadas, mal-casadas, enganadas

pelos maridos e enlutadas pela morte dos filhos. Sobre o universo masculino, Perrot (1997) afirma que a causa da demência dos homens estava relacionada “aos percalços da vida pública ou profissional”. O jogo, a falência e a dilapidação do patrimônio eram as formas de insanidade dos homens que as mulheres denunciavam.

Os conflitos supracitados, vivenciados pelas famílias, são característicos de uma época, podendo ser transpostos e/ou percebidos, com igual ou maior intensidade, em outro continente que não o europeu.

Até o presente momento, discutiu-se a dinâmica, o cotidiano e a constituição da família européia. Os próximos itens serão dedicados ao estudo da família no Brasil e, com o intuito de preservar a cronologia dos fatos, será abordada, inicialmente, a família patriarcal brasileira.

1.5 A FAMÍLIA BRASILEIRA NO PERÍODO COLONIAL

Segundo Samara (2004, p. 7), a literatura nacional define a família patriarcal brasileira como “o resultado da transplantação e adaptação da família portuguesa ao nosso ambiente colonial, tendo gerado um modelo com características patriarcais e tendências conservadoras em sua essência”. Desse modo, o modelo familiar instalado no Brasil Colônia, de modo geral, pode ser considerado o mesmo que aquele praticado em Portugal, eminentemente aristocrático. Tal modelo permitiu ao português considerar-se “dono” de outros homens (nativos e escravos) e de vastas porções de terras, logo que chegou ao Brasil.

1.5.1 A família patriarcal nordestina

O modelo de família patriarcal mencionado por Samara (2004) era formado pela família extensa, rural e abastada, na qual o poder familiar era enfeixado nas mãos do homem, que exercia sua autoridade sobre a mulher, sobre os filhos e sobre os demais que estivessem sob a sua dependência. A mulher passava da tutela do pai à do marido, e sua função era a de cuidar da casa e dos filhos. A autora acredita que a monocultura, o latifúndio e a mão-de-obra escrava

[...] reforçavam essa situação, ou seja, a da distribuição desigual de poderes no casamento, o que conseqüentemente criou o mito da mulher submissa e

do marido dominador, também impropriamente usado como válido para toda a sociedade brasileira do século XIX. (SAMARA, 2004, p. 14)

Nas regiões onde se instalaram tais famílias, “a Igreja, o Estado e as instituições econômicas e sociais eram afetadas e até muitas vezes controladas pela influência e preponderância de certas famílias ao nível local” (SAMARA, 2004, p. 12).

A autora refere que, na casa patriarcal extensa, residia um núcleo central, formado “pelo chefe da família, esposa e legítimos descendentes (filhos e netos por linha materna e paterna)”. (SAMARA, 2004, p. 13). Menciona ainda que a família era ladeada por uma estrutura de camadas periféricas, bastante complexa, pois agregava pessoas de várias origens, “parentes, filhos ilegítimos ou de criação, afilhados, amigos, serviçais, agregados e escravos” (SAMARA, 2004, p.13). Existiam também aqueles grupos que não moravam na mesma propriedade, mas eram igualmente influenciados por ela, seja por razões econômicas, políticas ou por laços de compadrio. A autora os identifica como os “vizinhos (pequenos sitiantes, lavradores e roceiros) e os trabalhadores livres e migrantes”. (SAMARA, 2004).

Nos séculos XVIII e XIX, os colonizadores utilizaram-se de amplas áreas de terras brasileiras, favoráveis ao desenvolvimento de uma estrutura econômica de base agrária, aliada ao latifúndio e escravatura. Samara (2004, p. 10) complementa:

Essa situação, associada a vários fatores, como a descentralização administrativa local, excessiva concentração fundiária e acentuada dispersão populacional, provocou a instalação de uma sociedade do tipo paternalista, onde as relações de caráter pessoal assumiram vital importância.

A família patriarcal era a fonte de todos os relacionamentos, os quais convergiam em torno da autoridade paterna que, por sua vez, estimulava a solidariedade entre os parentes, fictícios ou de sangue. Tal solidariedade trazia benefícios a ambos os lados: para os parentes, significava a proteção de uma família e, para o patriarca, “significava projeção política em um tipo de sociedade em que o prestígio era medido pela quantidade de pessoas sob a sua influência” (SAMARA, 2004, p. 14). Desse modo, quanto mais amplo o número de pessoas gravitando em torno do patriarca, mais seguros se sentiam.

Freyre (1963) e Falci (1997) destacam que, no período colonial, o casamento constituía o cerne da família patriarcal e, costumeiramente, se tratavam de uniões consangüíneas. Freyre (1963, p. 384) relata ainda a revolta de alguns grupos de pessoas contra a Igreja e os padres, que transformavam o casamento em “licença para cometer o incesto”. Uniões entre tios e sobrinhas, primos e primas eram permitidas, sem qualquer restrição,

independente dos abismos de idades, situações em que os homens, geralmente, tinham o dobro ou o triplo da idade das mulheres.

Quanto à consangüinidade, Freyre (1963, p. 384) assim a justifica:

[...] não foram uniões consangüíneas: mas de indivíduos que, casando-se apertavam os laços da solidariedade de família em torno do patriarca. Era esse o fim dos casamentos de tios e sobrinhas.

A filha mais velha deveria casar-se primeiro, num mercado “relativamente restrito, e aceito pelos pais e familiares, que impunham à mulher a condição de aceitar, com resignação, o par que lhe era mais do que sugerido – praticamente imposto – pela família” (FALCI, 1997, p. 258). Aquelas que se casavam sem o consentimento, deixavam de contar com a solidariedade familiar, pois tal rebeldia gerava sentimento de ofensa.

Na sociedade colonial, a idade da mulher, considerada ideal para contrair matrimônio, variava entre quinze e dezoito anos e, a partir dos vinte e cinco anos, ela já era considerada “velha” para tal feito.

Por ocasião do casamento, a noiva recebia dos parentes mais próximos, como presentes de casamento, “crias” escravas, vacas paridas e bezerros. O pai costumava adiantar parte da herança da filha ao genro, que detinha o poder de gerir o patrimônio da mulher, o “poder marital”, e não raros eram os casos em que o marido dilapidava toda a fortuna da esposa.

A autora ora citada revela que “havia um intenso nível de violência nas relações conjugais no sertão” (FALCI, 1997, p. 269), e que essa violência não estava relacionada diretamente à violência física, surras ou pancadas, mas à violência psicológica, como o abandono, a falta de afeto e o desprezo. Tais violências eram geradas por dois fatores: a circunstância em que se realizou o casamento, por interesses mais coletivos do que individuais, e o comportamento adotado pela mulher após o casamento, que, presa no ambiente doméstico, acabava deixando de embelezar-se, por conta da perda da vaidade.

No período colonial, homens nordestinos que estivessem em boa situação financeira, ou fossem detentores de prestígio, tinham a possibilidade de constituir mais de duas famílias. As mulheres jovens e sem patrimônio, num mercado matrimonial escasso, preferiam viver maritalmente com um homem casado que lhes ofertasse o apoio financeiro e social, a ficarem sozinhas. Conforme Falci (1997), ser amásia de alguém importante também era uma forma de obter prestígio, bastava saber colocar-se em sua posição, distinta do lugar da esposa legítima. Convém ressaltar que, independente do vínculo com outras mulheres, a ponto de considerá-las

“outra família”, o homem patriarcal, em geral, mantinha relacionamentos sexuais com suas escravas.

Às mulheres burguesas eram destinadas as “prendas domésticas”, que eram: a orientação dos filhos e a distribuição das tarefas aos escravos domésticos. Também poderiam incluir, em suas atividades, as tarefas de cozinhar, costurar e bordar. As mulheres viúvas ou pertencentes à elite empobrecida, que necessitassem trabalhar, davam aulas de piano, faziam doces por encomenda, arranjos de flores, bordados, crivos, entre outras atividades capazes de gerar os recursos necessários ao sustento dos filhos. Tais ocupações não eram valorizadas e carregavam teor pejorativo, que gerava comentários depreciativos, quando havia um homem como chefe da casa.

Para evitar esses constrangimentos, era hábito a mulher valer-se de outra pessoa, para vender seus produtos. Falci (1997, p. 249) afirma que, “na época, era voz comum que a mulher não precisava, e não deveria, ganhar dinheiro”.

A desigualdade entre os gêneros era percebida também no processo educacional, vivido de forma diferente por meninos e meninas. Estas raramente poderiam contar com um professor particular que fosse até suas casas, para ensiná-las a ler e a escrever. Além disso, orientações sobre artes manuais e música eram obrigatórias, em seus estudos.

Já os meninos recebiam estímulo para que fossem aos grandes centros, onde poderiam aprender Ciências Naturais, Filosofia, Geografia, Francês, entre outras disciplinas.

Os dramas e conflitos apresentados na família européia pouco diferiam dos dramas e conflitos sofridos pelas famílias brasileiras. Aqui, a sífilis também era uma ameaça, motivo de preocupação, em virtude dos malefícios que poderia causar à prole e ao medo que as pessoas sentiam de serem identificadas como portadoras de uma doença estigmatizante e associada ao sexo.

Na Europa, os pais utilizavam-se dos asilos para corrigir os filhos desobedientes. No nordeste brasileiro, as filhas que não conseguissem casamento quando jovens, ou que desejassem casar com alguém que a família não aprovasse, eram colocadas nos conventos, para seguirem a vida religiosa, independente da vocação.

Tanto na Europa quanto no Brasil, a virgindade era um requisito fundamental “para manter o status da noiva como objeto de valor econômico e político...” (D’INCAO, 1997, p. 235).

Pontos em comum são facilmente perceptíveis entre uma e outra cultura. Entretanto, a partir deste ponto, pretende-se evidenciar particularidades encontradas na família paulista, a

qual se diferencia significativamente da família patriarcal nordestina. Com isso, se busca contrapor um e outro e, desse modo, compreender melhor a família, na atualidade.

1.5.2 A família burguesa do sul

O número dos componentes da família paulista, segundo Samara (2004), era muito reduzido, se comparado à família extensa¹⁶ nordestina. No caso paulista, o número variava entre uma e quatro pessoas.

Compondo um quadro geral da família paulista, constatamos que as extensas ou do tipo “patriarcal” eram apenas uma das formas de organização familiar e não chegavam a representar 26% dos domicílios. Nos demais, ou seja, 74 % das casas, predominavam outras formas de composição, o que significa que as famílias extensas eram representativas apenas de um segmento da população. (SAMARA, 2004, p.17)

A autora destaca algumas das razões que fizeram com que essas famílias fossem mais reduzidas, embora contassem com escravos e com agregados, quais sejam: o celibato e o número de filhos. O celibato, embora não seja representativo de toda uma população, significava que havia grupos que resistiam à opção do casamento e, além disso, não traziam para morar junto a si parentes ou afilhados. Tais grupos opositores escolhiam como companheiros afetivos escravos e agregados. De acordo com a autora, contrariando a idéia de que os membros de uma mesma família permaneceriam sempre juntos, na história paulista era mais fácil encontrar “indivíduos solteiros vivendo com escravos e agregados do que com seus próprios parentes” (SAMARA, 2004, p. 19).

A autora sugere que não se analise o celibato e o concubinato em separado. Na sociedade paulista, essas foram as causas do maior número de crianças caracterizadas como ilegítimas, muito embora esse perfil de prole tenha existido desde o início da constituição da sociedade brasileira.

O que Samara (2004) destaca é que a família paulista se comportava de maneira diferente da família patriarcal nordestina, em que conviviam, no mesmo espaço físico, a esposa e a concubina. Em São Paulo, era comum o celibatário manter uma ou mais concubinas em sua propriedade, sem existir a figura da esposa. Já no caso dos homens

¹⁶ Casais com muitos filhos, parentes, escravos e agregados.

casados, não coexistiam na mesma casa a esposa e a concubina, e se fazia com que a concubina morasse com a prole em outro local, sob a manutenção do proprietário branco.

A partir daí, percebe-se a tendência à simplificação da família paulista, muito embora tal simplificação não exclua a miscigenação entre brancos, negros e pardos.

A sociedade paulista estabeleceu uma trama de relações que se desenvolvia fora do âmbito familiar, diferentemente da família nordestina. O celibato e o concubinato traziam como consequência o nascimento de filhos ilegítimos e, embora essas práticas fossem encaradas como normais, a mesma afirmação não poderia ser feita com relação aos bastardos, com os quais não existia muita tolerância. A aceitação do filho ilegítimo dependia do desejo do pai em reconhecê-lo. Quando ocorria a rejeição paterna, invariavelmente, também a mãe não assumia a responsabilidade pela criação do filho que, nesses casos, era entregue à caridade pública, na Roda dos Expostos.

Um dos grandes problemas vistos nos filhos ilegítimos era a possibilidade de que viessem a concorrer à herança destinada aos legítimos. Várias eram as intervenções familiares, quando ocorria o reconhecimento paterno do filho ilegítimo, na tentativa de não dividir os bens com o novo membro.

O segundo motivo para que a estrutura familiar paulista se apresentasse de forma reduzida era o número de filhos. Mesmo levando em conta casais dos mais diversos grupos sociais e étnicos, a quantidade de filhos era bem menor do que as verificadas no nordeste brasileiro.

De acordo com Samara (2004), uma das explicações para o reduzido número de filhos da família paulista era a alta taxa de mortalidade infantil, em decorrência do vestuário e alimentação não apropriados ao lactante, da falta de higiene, da sífilis e da existência de mulheres que auxiliavam nos partos, cuja prática baseava-se apenas em rezas e benzeduras. Tudo isso aliado à inexperiência ao casar-se, devido à sua pouca idade e à inexistência de métodos contraceptivos seguros, faziam com que a mulher tivesse filhos seguidamente. Sobre o assunto, Samara (2004, p. 27) diz que:

[...] muitos filhos já nasciam mortos ou faleciam antes de completar um ano e essa sucessão de partos contribuía sobremaneira para a decadência física da mulher e seu envelhecimento precoce.

Os diversos motivos apontados como causas da mortalidade infantil fizeram com que a morte de crianças fosse encarada como um acontecimento natural, em que os filhos dos ricos e pobres eram igualmente atingidos.

A autora explica que outros fatores também contribuíam para a estrutura simplificada da família paulista, tais como a saída de casa dos filhos, que se casavam e constituíam suas próprias famílias, ou que buscavam aprender um ofício. Esses fatos impediam a caracterização da família paulista como uma família extensa do tipo patriarcal, pois, se não havia a sistemática de incorporação dos filhos casados, genros, noras e netos, menor ainda era a incorporação dos outros membros, amigos ou aparentados do proprietário.

A realização de um casamento era vista como tarefa difícil para a família, que lançava mão de esforços, na tentativa de efetuar-lo. Para as mulheres da elite branca, a pureza do sangue e as condições sócio-econômicas eram pré-requisitos principais e difíceis de serem encontrados. Era natural fazer-se necessária a vinda de um rapaz de Portugal, já com o casamento tratado. “Na falta de pretendentes à altura, ao que parece preferiam o celibato” (SAMARA, 2004, p. 29).

Entretanto, a possibilidade de que uma filha não viesse a contrair matrimônio deixava os pais preocupados, haja vista que o casamento significava a proteção e a segurança econômica, cuja responsabilidade recaía sobre o marido.

Em virtude dos exigentes pré-requisitos para os casamentos da elite branca, eram comuns os casamentos consangüíneos entre parentes até o quarto grau, o que possibilitava a não repartição do patrimônio, com as decorrentes união e estabilidade econômica da família.

Apesar de a Igreja sempre ter pressionado as famílias para sacramentar as uniões, grande parte da população permaneceu vivendo em concubinato e procriando filhos ilegítimos (SAMARA, 2004).

Com o passar do tempo, as famílias foram se adaptando às alterações oriundas dos regimes políticos, da abolição da escravatura, da presença dos colonos estrangeiros e da industrialização do país.

1.6 OS “ANOS DOURADOS” E O MUNDO DO TRABALHO FEMININO

Os anos de 1950 se iniciam com um Brasil otimista e esperançoso, vivendo um período de crescimento urbano, em que a classe média apresentava uma ascensão influenciada pela industrialização sem precedentes.

Em geral, ampliaram-se as possibilidades de acesso à informação, ao lazer e ao consumo.

As condições de vida nas cidades diminuíram muitas das distâncias entre homens e mulheres; práticas sociais do namoro à intimidade familiar também sofreram modificações. (BASSANEZI, 1997, p. 608)

No período pós-guerra, o país acompanhava duas correntes, uma orientando para a modernização e para a emancipação feminina, originária da participação da mulher no esforço de guerra. A outra, entretanto, sofria fortes influências das campanhas estrangeiras que, com o término da guerra, pregavam a volta das mulheres às antigas posições, ou seja, a volta ao lar.

Bassanezi (1997) diz que, na família-modelo da época, o homem tinha autoridade e poder sobre a mulher, sendo o responsável pelo sustento da esposa e dos filhos. A mulher ideal era aquela que desempenhava os papéis femininos tradicionais: ocupações domésticas, cuidados com os filhos e com o marido, além de manifestar “características femininas”, como instinto materno, pureza, resignação e doçura. A moral da época permitia experiências sexuais aos homens e restringia a participação da mulher ao contexto matrimonial. O destino da mulher era o de ser mãe e dona de casa.

Na ideologia dos Anos Dourados, maternidade, casamento e dedicação ao lar faziam parte da essência feminina; sem história, sem possibilidade de contestação. (BASSANEZI, 1997, p. 609)

Ainda permaneciam os principais atributos que definiam os sexos: a mulher com sua vocação para a maternidade e cuidados para com o lar, e o homem dotado de iniciativa, livre para participar do mercado de trabalho e possuidor de um espírito de aventura.

O casamento continuava a ser visto como o objetivo de vida da mulher solteira. Não seguir o que era “natural” significava não ser feliz e não proporcionar a felicidade àqueles que estavam à sua volta. A educação da mulher era voltada para o bom desempenho dos afazeres domésticos, os quais incluíam ser boa mãe e dona de casa exemplar.

A autora relata que as mulheres jovens eram classificadas de dois modos: moças de família e moças levianas. As primeiras tinham assegurado, por ocasião do casamento, o título de “rainha do lar”, com todo o respeito social que a moral dominante pudesse garantir. Já, às segundas, tudo lhes era negado.

Muito embora a influência da família existisse como fator importante e permanecessem regras de comportamento que as moças de família deveriam seguir, já não se casava sem amor, apenas para obedecer aos caprichos dos pais.

Como conquista, o namoro passou a ser encarado como uma das etapas do processo que levava ao casamento, e os pais deveriam tolerar certas trocas afetivas. No entanto, o

namoro também trazia regras veladas, condições para o sucesso (noivado e casamento): as moças deveriam aprender a evidenciar suas virtudes de donas de casa: prendadas, afetuosas e recatadas, além de conterem a sexualidade, para que não fossem vistas como vulgares. Aos rapazes cabia o papel de serem gentis, educados e de mostrarem-se sérios, com intenções de se casar e com capacidade de sustentar uma família (BASSANEZI, 1997).

Outrossim, o namoro não deveria durar muito tempo, sob o risco de o rapaz levantar suspeita sobre suas verdadeiras intenções, como também não poderia ser curto demais e, nesse caso, o alvo era a reputação da moça.

De acordo com Bassanezi (1997), a idade para o casamento, na cidade de São Paulo, nos anos de 1950, era, em média, de 23 anos para a mulher e entre 26 e 27 anos para os homens. A mulher que atingisse os 25 anos, sem estar casada, era considerada “solteirona”. Nas cidades do interior, os casamentos eram realizados com idades bem inferiores àquelas acontecidas nas capitais.

O sexo era tabu e, portanto, tema abordado com reservas e preconceitos, tanto com os homens quanto com as mulheres. A desinformação originava desastres para a época, como gravidez fora do casamento. Desse modo, alguns grupos de pensadores e educadores iniciaram a defesa da educação sexual, com vistas a preparar os jovens para a vida a dois e para a procriação. No entanto, os manuais que escreviam não mencionavam o prazer, com os artigos tratando do que se chamava de *obrigações conjugais*.

A sociedade conjugal pressupunha uma hierarquia de atribuições entre homens e mulheres. Às donas de casa cabiam os deveres exclusivamente femininos: lavar, passar, cozinhar, cuidar dos filhos e proporcionar um ambiente agradável ao marido. O homem, com o apoio legal, era denominado de “o chefe da casa”, a quem cabia a última palavra, com poder sobre a esposa e os filhos. No entanto, nesse período, já era considerado importante o diálogo entre o casal, apesar de a direção da família ser responsabilidade masculina.

A companheira era responsável pela paz e harmonia do lar. Deveria embelezar-se e não poderia descuidar da aparência. Deveria, ainda, ter a capacidade de adivinhar os pensamentos do marido e de recebê-lo sempre de bom humor. Um fato interessante apontado pela autora é o de que o casal muito pouco se comunicava. Cada um vivia “o dia-a dia, em mundos relativamente diferentes, o casal não tinha provavelmente muitos interesses comuns fora do âmbito familiar” (BASSANESI, 1997, p. 629).

A simples ameaça de separação do casal já era fonte de conflito para as mulheres, situação desfavorável para elas, pois, além do aspecto afetivo, da dependência emocional e

social do marido, havia também a ameaça, com relação aos aspectos econômicos do sustento e manutenção do lar.

No que respeita à sexualidade, a mulher era considerada “um complemento do marido no cotidiano doméstico”, e não fazia parte do modelo de boa esposa um excelente desempenho sexual.

A criação dos filhos era vista como a “sagrada missão feminina”, tarefa esta aceita apenas nos limites do casamento, com uma família normalmente constituída. Filhos ilegítimos ou de pais separados eram estigmatizados.

Embora desejados, havia uma preocupação com o número de filhos, principalmente nas classes média e alta, que já praticavam o controle da natalidade através do sistema Ogino-Knauss¹⁷, do uso de preservativos, do coito interrompido e/ou de outros métodos conhecidos na época.

No imaginário social, nos anos de 1950, havia prioritariamente, um lugar a ser ocupado pela mulher: o de dona de casa e mãe. Contudo, foi nessa década que cresceu a participação feminina no mercado de trabalho.

Em especial, no setor de serviços, houve um incremento da participação feminina no mercado de trabalho, principalmente em escritórios, comércio e serviços públicos. Surgiram mais oportunidades de emprego da mão-de-obra feminina como enfermeiras, professoras, funcionárias burocráticas, médicas, assistentes sociais, entre outras. Tais profissões exigiam qualificação profissional que, por sua vez, gerava melhor remuneração à mulher.

Embora tenha crescido o número de mulheres em busca de formação universitária, o modelo de mulher do lar ainda não era questionado. Romances, fotonovelas, cinema, revistas e até as escolas reproduziam o modelo de mulher dependente do binômio marido-filhos. O conhecimento e a formação universitária eram apontados como elementos importantes para exercer uma profissão, que não poderia excluir o papel da mulher de esposa e de mãe.

Rago (1997) afirma que o mundo do trabalho era considerado pela sociedade moralista da época como uma ameaça à honra feminina. O trabalho passou a ser visto como o causador da desestruturação familiar, fomento do descaso da mulher com relação aos filhos e ao marido. O moralismo dominante fazia com que as mulheres que trabalhavam e estudavam tivessem suas imagens ligadas à perdição moral, à degradação ou a prostituição.

No entanto, nesse período da história, os Estados Unidos assumiram o papel de primeira potência mundial e seu sistema produtivo exigia o aumento do consumo para o

¹⁷ O método da “tabelinha”, em que a mulher deve evitar ter relações sexuais no seu período fértil.

escoamento das mercadorias. Assim, no final dos anos de 1950, tal país iniciou a propaganda direcionada às mulheres, na busca de torná-las consumidoras ativas. Muraro (1995, p. 173) diz que “a família passa, então, a não ser apenas o lugar da reprodução da força de trabalho, mas a unidade de consumo”.

Tal postura passou a ser incorporada pelo restante dos países, que viam, nas tecnologias que facilitavam a vida da dona-de-casa, ótimas oportunidades de mercado. Com tais facilidades, as mulheres pertencentes às camadas desfavorecidas começaram a ter mais tempo livre, podendo dedicá-lo às tarefas que desejassem.

Nessa gama de novas tecnologias, surgiram outros métodos contraceptivos, precisos e seguros, os quais proporcionaram às mulheres ainda mais liberdade e poder.

1.7 OS CAMINHOS PARA A ATUALIDADE

Notadamente a partir de 1960, tornou-se possível estabelecer um efetivo planejamento familiar, em razão do surgimento de vários métodos contraceptivos. A mulher pôde, assim, evitar a procriação, sem precisar do aborto, ilegal e perigoso. Para Bilac (2006, p. 43), “a possibilidade de controle da reprodução [...] permitiu à mulher a reformulação do seu lugar na esfera privada e sua participação da esfera pública”.

Apesar de o divórcio ser promulgado nos anos de 1970, a mulher ainda era considerada “colaboradora” do marido na direção do lar, não havendo o reconhecimento da união, mesmo que estável, fora do casamento e o concubinato não era entendido como “família”.

No final dos anos de 1980, a Constituição Federal (1988) amplia “o conceito de família reconhecendo a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar ... e, suprime a expressão *constituída pelo casamento*” (GONOFRE, 2006, p. 98). Com isso, as famílias que não eram formadas através do pressuposto legal do casamento civil obtiveram os mesmos direitos que as outras, principalmente os direitos relacionados à previdência e à guarda dos filhos.

Depois de um longo processo histórico, com a Constituição Federal de 1988, a mulher se viu tratada “em pé de igualdade” com o homem. “Os direitos e deveres referentes à

sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher”¹⁸. Pode-se dizer que a Constituição materializou os pressupostos da Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, em seu artigo 14, o qual estabelece que “os homens e as mulheres devem gozar dos mesmos direitos, não só durante o seu casamento, como após a sua dissolução”, o que até então não era observado nas relações homem/mulher, no território nacional.

Outro avanço da Constituição de 1988, com relação à família, diz respeito ao tratamento dado à criança e ao adolescente. Anteriormente, os marcos legais direcionavam suas atenções apenas ao “menor em situação irregular”. Tal preocupação passou a abranger todas as crianças e adolescentes, em razão de sua situação especial de desenvolvimento. Foi destinada aos pais ou responsáveis, ou seja, ao núcleo adulto da família, a responsabilidade pela criação, educação, desenvolvimento e formação das crianças.

A igualdade tornou-se o pressuposto das relações matrimoniais. Na medida em que a mulher ocupa cada vez mais o espaço público, o homem precisa se mostrar proporcionalmente parceiro, no âmbito privado. Novas formas e arranjos familiares estão surgindo e, segundo Simionato e Oliveira (2003, p. 60),

[...] casamentos sucessivos com parceiros distintos e filhos de diferentes uniões; casais homossexuais adotando filhos legalmente; casais com filhos ou parceiros isolados ou mesmo cada um vivendo com uma das famílias de origem; as chamadas “produções independentes” tornam-se mais frequentes; e mais ultimamente, duplas de mães solteiras ou já separadas compartilham a criação de seus filhos.

Destaca-se que, por ora, a lei reconhece como instituição familiar somente a convivência entre um homem e uma mulher, mantendo à margem do ordenamento jurídico as uniões homossexuais, bem como a adoção de crianças por esses casais. Entretanto, é sabido que tramita no Congresso Nacional um Projeto de Lei que aborda tais uniões, apontando para a legitimidade de um novo modelo familiar.

Outra conquista feminina foi a legalização dos exames de DNA¹⁹, capazes de indicar a paternidade dos filhos, transformando-se num recurso de proteção não somente para as mulheres, mas, sobretudo, para a prole.

Apesar de a sociedade estar constantemente sinalizando para a crise na família brasileira, Peixoto e Cicchelli (2000), apud Simionato e Oliveira, revelam que o que

¹⁸ Parágrafo 5º, artigo 226 da Constituição Federal de 1988.

¹⁹ DNA é a abreviatura, em inglês, de Ácido Desoxirribonucléico, uma molécula orgânica que reproduz o código genético. Ela é a responsável pela transmissão das características hereditárias de cada espécie de todos os seres vivos.

caracteriza esse processo chamado “de crise” não representa um enfraquecimento da instituição família, mas sim o surgimento de novos modelos familiares e de novas relações entre os sexos, numa perspectiva mais igualitária, que envolve, entre outros aspectos, um maior controle da natalidade, e a inserção, em massa, da mulher no mercado de trabalho.

Simionato e Oliveira (2000) afirmam que a família, sob o ponto de vista demográfico, vem passando por várias alterações que, muito embora se apresentem de forma diferente nas diversas regiões do país, em geral apontam para a redução da natalidade e o aumento da longevidade humana. Há uma redução de pessoas na composição familiar e notadamente um aumento no número de idosos, percebendo-se o aparecimento de doenças crônicas e problemas decorrentes do processo de envelhecimento.

Todas estas alterações no seio da família não foram devidamente acompanhadas de políticas sociais que atendessem a todo o núcleo familiar, uma vez que costumam estar direcionadas individualmente a seus membros. Outro dado que convém ressaltar é que as políticas sociais no Brasil não têm proporcionado alterações nos quadros de pobreza das famílias, pelo contrário, o que observa-se é uma crescente ampliação da desigualdade social e da concentração de renda.

Embora necessários para determinadas camadas da população, os programas de transferência de renda, são programas pontuais e ineficientes para que sozinhos sirvam como enfrentamento dos problemas sociais e da pobreza, pois não estão associados a políticas mais amplas que visem alterar a origem estrutural da pobreza. Assim, as famílias mais empobrecidas se vêem diante de um quadro que pressupõe serem elas as únicas responsáveis pelo bem estar dos seus membros.

Chegamos ao século XXI com a família se compondo e recompondo, sendo a convivência familiar orientada por motivos afetivos e pelo compromisso de cuidados, por parte dos adultos, com as crianças, adolescentes e, recentemente, com os idosos. Entretanto, a vida em família não é um evento desassociado do mundo. As mais diversas mudanças ocorridas nos contextos políticos, econômicos, religiosos e/ou ideológicos apresentam reflexos imediatos nas famílias.

No decorrer do próximo capítulo, serão apresentadas práticas e dinâmicas de famílias atendidas por um projeto sociopedagógico – Projeto Ser Criança – desenvolvido por uma Associação de Moradores localizada no município de São José/SC. Tal experiência demonstra que as mudanças ocorridas nos mais diversos cenários realmente trazem reflexos imediatos ao cotidiano das famílias.

2 PROJETO SER CRIANÇA – CONHECENDO AS FAMÍLIAS DOS PARTICIPANTES

2.1 A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO

A experiência do estágio curricular obrigatório do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina foi desenvolvida na Associação dos Moradores do Jardim Amodelar (AMORJA), no Município de São José /SC, no período de setembro de 2006 a fevereiro de 2007.

A referida associação é mantenedora do Projeto Ser Criança, *locus* de intervenção do projeto de estágio supracitado.

2.1.1 A Associação dos Moradores do Jardim Amodelar

A Associação dos Moradores do Jardim Amodelar surgiu de uma proposta coletiva de moradores que se viam à margem das políticas públicas municipais e que necessitavam de legitimidade para abrir negociações frente ao poder público. Assim, em 11 de agosto de 1991, foi fundada a AMORJA.

Durante os dois primeiros mandatos, a associação exerceu somente a função que lhe fora delegada, qual seja, a de representar os moradores.

No entanto, começaram a ser identificadas demandas específicas relativas às crianças e dos adolescentes do bairro. Por não dispor de áreas de lazer ou esportes, eles brincavam nas ruas, provocavam e sofriam acidentes dos mais variados – de atropelamentos à quebra de vidraças. Na maioria das vezes, se tratava de crianças e/ou adolescentes cujos pais trabalhavam durante todo o dia e que, por isso, eram deixados sozinhos no período em que não estavam na escola.

Depois de oferecer oficina de artesanato com material reciclável, aulas de dança de rua e de capoeira, a diretoria da associação deparou-se com a grande adesão das crianças e adolescentes do bairro em tais atividades.

Para atender essa parcela específica dos associados, a AMORA fundou, em 2000, o Projeto Ser Criança, cujo objetivo principal era atender crianças e adolescentes do bairro,

disponibilizando, durante toda a semana, atividades sistematizadas de reforço escolar e de lazer dirigido.

2.1.2 A concretização do Projeto Ser Criança

Inicialmente, associação não dispunha de parcerias para o custeio do projeto, que se mantinha em funcionamento apenas através de filantropia.

Em 2003, a AMORJA contratou uma empresa de consultoria em Serviço Social, vinculando a remuneração do profissional disponibilizado a contemplações de financiamento de projetos sociais.

Tal consultoria surtiu o efeito desejado e, em 2005, a AMORJA firmou parceria com o poder público municipal, que disponibilizou para o Projeto Ser Criança uma professora de nível médio (40 horas semanais) e a merenda dos participantes. Posteriormente, criou-se, também convênio com a Secretaria de Ação Social, para um aporte destinado ao pagamento do salário da cozinheira e pequenas despesas de manutenção.

O trabalho na busca por entidades parceiras continua gerando frutos positivos. Atualmente, a equipe do projeto conta ainda com uma estagiária da área da Pedagogia (paga por duas organizações não-governamentais parceiras) e um instrutor de informática (que recebe remuneração de ONG parceira, responsável, também, pelos gastos do provedor da Internet).

Em 2006, o projeto dispunha de estrutura para atender 45 crianças e adolescentes, em regime de contra-turno escolar, juntando os períodos matutino e vespertino. Tal atendimento refere-se ao auxílio no processo educacional formal (apoio pedagógico), oficinas de informática e outras atividades capazes de promover o aumento da auto-estima e estimular o desenvolvimento intelectual, crítico, social e cooperativo das crianças e adolescentes. Desde o início, a equipe do projeto buscou atuar em conformidade com as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente, pautando-se principalmente em seu artigo 4º:

[...] é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

É sabido que o Projeto Ser Criança se caracteriza como um espaço de lazer e estímulo ao desenvolvimento e, por isso, tem uma proposta diferente da educação formal. Sendo assim, a equipe profissional sempre esteve atenta ao comportamento dos participantes, buscando ajudá-los em suas necessidades.

Desde a fundação do projeto, comportamentos acentuados de agressividade, apatia, irritabilidade e ansiedade eram demonstrados por algumas crianças e/ou adolescentes e, apesar do esforço dos profissionais para auxiliá-las, tal intervenção era, até então, superficial, pois não envolvia a família. Notava-se que, apesar dos esforços direcionados para um atendimento efetivo, pouco se conhecia sobre as características familiares das crianças.

Segundo Miotto (2000, p. 217),

[...] independente das formas ou modelos que assume, tanto no arco das culturas como no das classes e grupos sociais, a família é o espaço privilegiado na história da humanidade onde aprendemos a ser e a conviver.

Notadamente, a família é o lugar onde acontece a socialização primária, espaço em que geramos a identidade. Partindo desse pressuposto, a equipe do projeto concentrou esforços para conhecer e compreender as características familiares dos participantes.

2.1.3 O Serviço Social e sua atuação no Projeto Ser Criança

Decorridos quatro anos da fundação da AMORJA, a diretoria percebia novas necessidades da comunidade e, apesar dessa leitura, via-se limitada na proposição de soluções (falta de recursos, inexistência de pessoal habilitado, entre outros).

Havia necessidade de um profissional que, através de suas competências e atribuições, fosse capaz de orientar a diretoria, no que dizia respeito às ações sociais, e que lhe servisse de interlocutor para com a comunidade: um Assistente Social.

Conforme já foi mencionado, a consultoria contratada pela instituição, em 2003, objetivava apenas a elaboração em projetos sociais. Entretanto, a partir de junho de 2006, a Assistente Social contratada, motivada diante do potencial do Projeto Ser Criança, ampliou sua atuação profissional, passando a intervir na dinâmica cotidiana das ações, garantindo a qualificação do atendimento prestado às crianças e aos adolescentes.

A partir daí, deu-se início à elaboração de um plano de trabalho capaz de fundamentar a intervenção do Serviço Social no projeto. O referido plano de trabalho propunha-se, inicialmente, a descobrir as particularidades das famílias atendidas – responsáveis pela socialização primária – e, a partir delas, criar estratégias de intervenção.

Nesse momento, nasceu a sugestão de que o estágio curricular obrigatório pudesse acontecer justamente nesse novo espaço que o Serviço Social criava. Para tanto, foi elaborado, em conjunto com a Assistente Social, um plano de intervenção específico para o período de estágio, o Projeto de Intervenção Fortalecendo Laços (setembro de 2006 a fevereiro de 2007).

No decorrer das atividades de estágio, buscou-se uma aproximação com as exigências contemporâneas para o exercício profissional, que passam, fundamentalmente, por três dimensões: conhecimento teórico-metodológico, compromisso ético-político e capacidade técnico-operacional. Além disso, houve também uma procura por experimentar as atribuições privativas e as competências do Assistente Social (Lei nº 8.662/93, que regulamenta a profissão).

Nas ações, se buscava utilizar o instrumental do Serviço Social, para intervir de maneira comprometida, ética e eficaz. Durante o estágio, foram realizadas visitas domiciliares, entrevistas, atendimentos individuais, encaminhamentos para a rede de atendimento à criança e ao adolescente, esclarecimentos acerca de direitos sociais, além do aprimoramento de técnicas de observação, de elaboração de relatórios e da contribuição para o fomento e mobilização social das famílias envolvidas.

Como bem sabemos, todo e qualquer processo de intervenção deve ser precedido por um cabedal de informações que permitam ao profissional compreender o contexto em que está inserido. Dessa forma, se julgou importante apresentar no próximo item um breve resgate sobre a história da região onde moram as famílias dos usuários do Projeto Ser Criança.

2.2 O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ

Geograficamente, o Município de São José está localizado na Grande Florianópolis, Estado de Santa Catarina, e possui uma área total de 116 km², com projeção populacional para 2006 de 201.000 habitantes – segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

O município limita-se, a leste, com as águas da Baía Sul da Ilha de Santa Catarina e, a oeste, com as cidades de São Pedro de Alcântara e Antônio Carlos. Ao norte, faz fronteira com Biguaçu e Florianópolis, e, ao sul, com o Município de Palhoça. Esses limites, em alguns lugares, são de difícil identificação, devido à conurbação²⁰ entre as cidades de Florianópolis, Biguaçu e São José.

Quarto povoado de Santa Catarina, São José foi fundado em 26 de outubro de 1750, pelos portugueses, mais especificamente pelos colonos açorianos que primeiro chegaram ao local. Em 1756, foi elevado à categoria de freguesia e, em 4 de maio de 1833, tornou-se município.

Posteriormente, outras etnias agregaram-se à portuguesa, como a alemã, que se instalou na então freguesia de São José, em 1829. Segundo Farias (2006), o governo imperial brasileiro de D. Pedro I ensinava favorecer o assentamento de famílias alemãs em nosso país, por ser casado com Dona Leopoldina, princesa de origem alemã, da Casa da Áustria. O sul do Brasil foi escolhido por ter as condições climáticas que mais se aproximavam às do norte da Europa.

Em tempos anteriores, São José era significativamente maior em extensão territorial e incluía terras que iam até o atual Município de Lages. Os desmembramentos acabaram por transformá-lo em um pequeno município, dividido hoje em três distritos administrativos: Sede, Barreiros e Campinas. Apesar de limitado em extensão, São José apresenta a segunda maior densidade populacional de Santa Catarina: 1.317 hab./km².

O distrito Sede é composto pelos seguintes bairros: Bosques das Mansões, Centro, Colônia Santana, Distrito Industrial, Fazenda Santo Antônio, Flor de Nápoles, Forquilhas, Forquilha, Picadas do Norte, Picadas do Sul, Ponta de Baixo, Potecas, Praia Comprida, Roçado, Santos Saraiva, São Luiz e Sertão do Maruim. Já o Distrito de Campinas, o de maior densidade demográfica, conta com os bairros de: Campinas e Kobrasol; este último surgiu como loteamento e conquistou a posição de bairro em pouco mais de vinte anos. Por fim, o distrito de Barreiros agrega os seguintes bairros: Areias, Barreiros, Bela Vista, Floresta, Ipiranga, Jardim Cidade de Florianópolis, Jardim Santiago, Nossa Senhora do Rosário, Pedregal, Parque Real e Serraria.

Segundo Farias (2006), nos últimos vinte anos, o desenvolvimento do município foi bastante significativo, em razão da existência de grandes áreas de terra pouco valorizadas, possibilitando sua aquisição por uma camada mais desfavorecida. A população, que teve o

²⁰Ferreira (1988) conceitua “conurbação” como o conjunto formado por uma cidade e seus subúrbios, ou por cidades reunidas que constituem uma seqüência, sem, contudo, se confundirem.

projeto de conquista da casa própria inviabilizado, em Florianópolis, devido à elevação do custo dos imóveis nessa cidade a partir de meados dos anos de 1970, acabou optando por regiões desprivilegiadas de São José.

De acordo com o autor, em 1980 houve um segundo momento de crescimento populacional, gerado pela crise no campo e pela propaganda, que prometia ótimas oportunidades de emprego nas áreas urbanas. São José recebeu um grande número de habitantes da região serrana e do oeste do estado, além de inúmeros gaúchos, paranaenses e nordestinos. Desse modo, atualmente, 60% dos habitantes de São José são migrantes.

2.2.1 Barreiros – bairro sede da Associação dos Moradores do Jardim Amodelar

A história do bairro de Barreiros é tão antiga quanto a do município. A região já fez parte do distrito do Estreito. Em decorrência dos desmembramentos de 1944, a região do atual bairro Estreito foi anexada à Florianópolis, deixando a outra parcela de terra, hoje Barreiros, pertencente a São José.

A primeira rua que surgiu chamava-se Moura, em 1928, e a seguir foram criados vários loteamentos, entre eles os das ruas Eduardo Dias e Eugênio Portela. O crescimento urbano desenfreado e desordenado, ocorrido desde a década de 70, originou a criação de dezenas de loteamentos e condomínios, muitos clandestinos. Farias (2006) afirma que diversos deles não apresentavam condições de habitabilidade.

Com relação à origem do nome “Barreiros”, Farias (2006) afirma que se trata de uma consequência do perfil da região, que apresentava áreas bastante encharcadas (barrentas), junto ao mar.

Atualmente, Barreiros dispõe de considerável infra-estrutura, comércio variado, lojas de diferentes ramos, pequenas indústrias, empresas prestadoras de serviços, bancos, unidades de saúde, escolas e faculdades – públicas e privadas.

Os bairros de Campinas e Kobrasol, por conta da exploração imobiliária, vêem-se presos a elevações constantes no valor dos imóveis, inibindo a presença de migrantes desfavorecidos. Assim, os loteamentos mais próximos tornaram-se a única opção de moradia acessível a esse segmento populacional, como, por exemplo, o Loteamento Jardim Amodelar; sede da AMORJA – Associação dos Moradores do Jardim Amodelar.

Cabe ressaltar que, no entorno do Jardim Amodelar, existem extensas áreas de terra de propriedade das Centrais Elétricas de Santa Catarina – CELESC. Em um determinado momento da história, a própria empresa transferiu para essa área pessoas que residiam na região da atual Avenida Ivo Silveira, em Florianópolis. Essa ocupação abriu precedente para que outras famílias, naturais das mais diversas regiões do país, se fixassem no local, gerando uma demanda pelos serviços públicos que o município não estava preparado para receber.

O próximo item irá demonstrar que as famílias atendidas pelo Projeto Ser Criança reforçam a história do município e do bairro em que residem: migrantes, desfavorecidos, não detentores da posse legal da terra onde moram.

2.3 FOCALIZANDO AS FAMÍLIAS DOS PARTICIPANTES DO PROJETO SER CRIANÇA

Foram realizadas 16 visitas domiciliares em casas localizadas no Loteamento Jardim Amodelar, Barreiros, São José.

Durante as visitas, ressaltaram-se pontos como identificação, antecedentes, características familiares e relação com o Projeto Ser Criança. Para facilitar a apresentação das características familiares atendidas, optou-se por numerá-las de 1 a 16, de acordo com a cronologia das visitas (setembro de 2006 a fevereiro de 2007). A melhor maneira encontrada para apresentar as informações coletadas sobre as famílias foi através de tabelas e gráficos, que revelam suas especificidades.

Em relação aos dados coletados, inicia-se discorrendo acerca da procedência das famílias. Pode-se observar que, em parte, ela pode ser justificada pelo que já havia sido citado de Farias (2006), quando este faz o relato sobre o aumento populacional no Município de São José. Sobre esse item, são apresentados a tabela os gráficos a seguir:

Tabela 1 – Procedência Familiar

Procedência dos pais	Incidência		Procedência das mães	Incidência	
	Qt.	Percentual		Qt.	Percentual
Florianópolis	6	50%	Florianópolis	6	38%
Criciúma	1	8%	Maruim de Laguna	1	6%
São Joaquim	1	8%	Palhoça	1	6%
Maruim de Laguna	1	8%	São Joaquim	1	6%

Procedência Familiar
(continuação)

Outro estado (CE)	3	25%	Biguaçu	1	6%
			Outros estados (SP, BA, CE, PE e PI)	6	38%
Total	12	100%	Total	16	100%

Fonte: dados primários de levantamento realizado pela autora, no período de Set/06 a Fev/07.

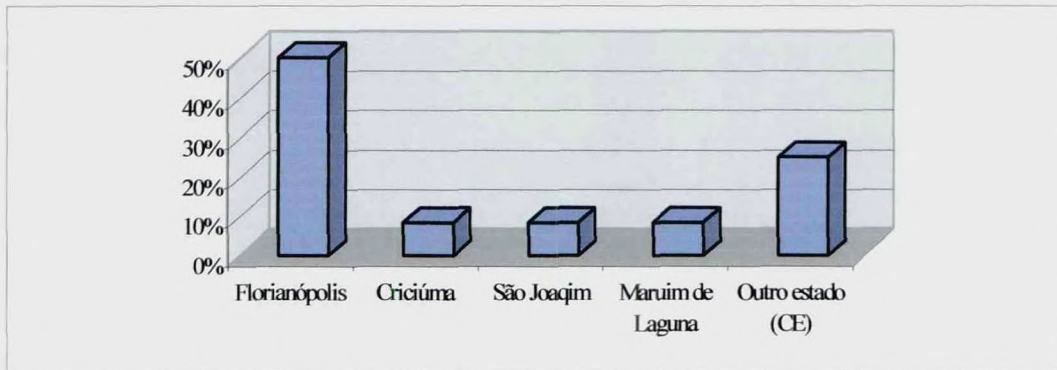


Gráfico 1: Procedência dos Pais

Fonte: dados primários de levantamento realizado pela autora, no período de Set/06 a Fev/07.

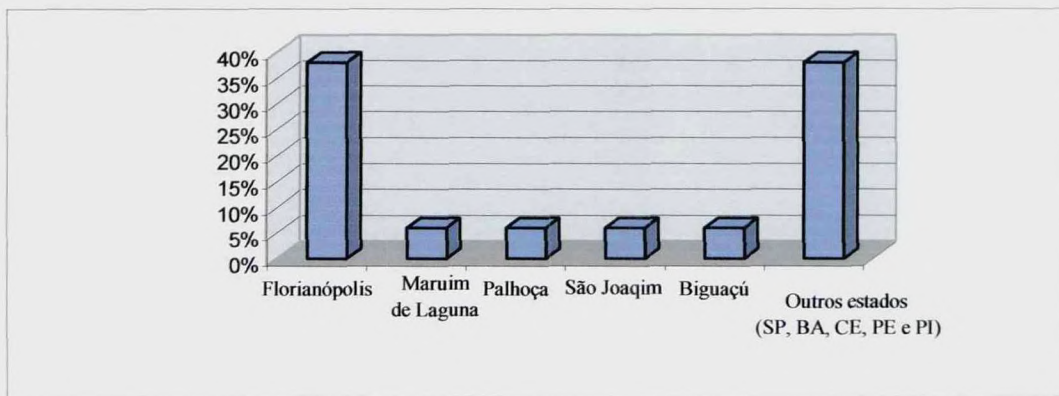


Gráfico 2: Procedência das Mães

Fonte: dados primários de levantamento realizado pela autora, no período de Set/06 a Fev/07.

Nas entrevistas, percebeu-se que a grande maioria das famílias era originária de Florianópolis, e que foram “expulsas” de lá pelo *boom* imobiliário que vem sofrendo a capital dos catarinenses, desde a década de 70, ou ainda pela relocação já mencionada. Os demais, originários da Região Nordeste, alegaram que a mudança foi orientada pelos conselhos de outros parentes, que já estavam morando no lugar e tinham conseguido melhores colocações de trabalho, se comparadas, às dos locais de origem.

Houve a incidência de um casal oriundo de São Joaquim, na Serra Catarinense. Contudo, a vinda deles para São José, segundo a entrevistada, ocorreu porque o pai dela era

posseiro na área da companhia estadual, já mencionada. “[...] a gente veio para cá para quando meu pai faleceu, não dava para deixar que outros ocupassem a casa, isso aqui era do meu pai”, relatou a entrevistada da família 10.

O casal originário de Maruim de Laguna veio residir em São José, porque o marido foi transferido pela empresa em que trabalhava. No início, ele retornava para casa depois do trabalho, porém, com o tempo, estas idas e vindas foram se tornando muito cansativas para ele. Desse modo, a família resolveu alugar uma casa e vir morar em São José. A princípio, eles acreditavam que poderiam alugar a casa onde residiam, em Maruim e, com o que recebessem, pagar a casa de São José. Mas, até o momento da entrevista, eles não haviam conseguido alugar a casa, e a despesa, previamente não contabilizada, estava trazendo problemas de saúde para o casal. Disse a entrevistada da família 03: “estou sofrendo de pressão alta e meu marido, que trabalha à noite, não consegue dormir durante o dia. Com isso, os meninos é que sofrem. A gente briga com eles por qualquer coisa”.

As duas mães, nascidas uma na Palhoça e outra em Biguaçu, informaram que a família costumeiramente morava por uns tempos ali, em outros tempos em Florianópolis, e que jamais tinham voltado a residir no local de nascimento. Na época, uma delas morava em terreno coletivo e a outra em área irregular.

Outro aspecto tabulado foi o que indica a tipologia familiar, compreendendo-se que família nuclear é aquela composta pelo pai, a mãe e os filhos. Já a mononuclear identificada neste trabalho é aquela formada por mãe e filhos, sem a presença do pai.

Tabela 2 – Tipologia Familiar

Tipologia	Incidência	
	Qt.	Percentual
Nuclear	12	75%
Mononuclear chefiada pela mãe	03	19%
Mononuclear chefiada pela avó	01	6%
Total	16	100%

Fonte: dados primários de levantamento realizado pela autora, no período de Set/06 a Fev2/07.

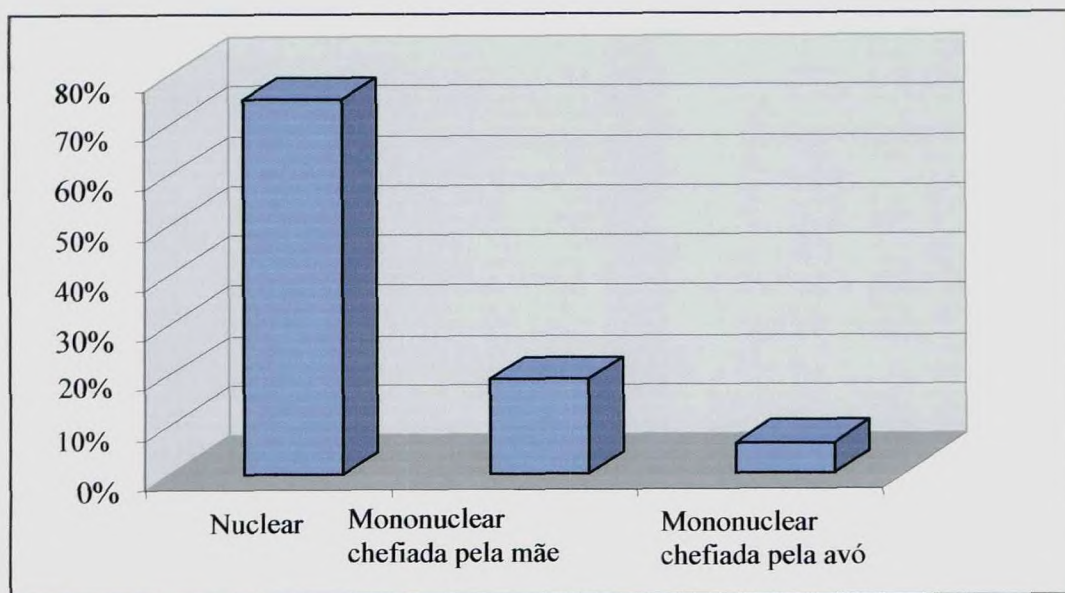


Gráfico 3: Tipologia Familiar

Fonte: dados primários de levantamento realizado pela autora, no período de Set/06 a Fev/07.

Sobre as famílias mononucleares, se pode destacar que representam 25% daquelas visitadas. Nesse perfil de arranjo, as famílias são chefiadas pelas mulheres, inclusive com a presença de uma idosa, que representa 6% do total.

A família de número 15 é chefiada pela idosa. Ela iniciou relatando fatos que diziam respeito a sua própria experiência biológica com a maternidade. Disse ela que seu próprio filho fora fruto do que chamava de “produção independente”. Comentou que “tinha vontade de ter um filho, já estava com trinta anos” e aproveitou a oportunidade, mesmo sabendo que não poderia contar com o parceiro para criá-lo.

Essa era uma família intergeracional, composta pela avó paterna (a idosa), pai, mãe e três filhos. Sob a alegação de que a mãe das crianças vivera um relacionamento extraconjugal, o casal se separou. O novo arranjo contava com a avó paterna, o pai e os três filhos. Em seguida, o pai iniciou novo relacionamento e deixou os filhos sob os cuidados da avó paterna.

Das três crianças, os dois meninos vinham apresentando comportamento agressivo no projeto, e a avó alegava que não conseguia discipliná-los. Afirmava usar de ameaças da presença do pai para que a obedecessem, entretanto ele não os visitava há muito tempo. Mesmo com idade avançada e a saúde debilitada, essa senhora ainda era a responsável pela organização da casa, e as crianças pouco colaboravam nas atividades domésticas.

Apesar das dificuldades, a avó paterna assumiu a responsabilidade total pelos netos: acompanhava o desenvolvimento das crianças, em todos os aspectos.

Economicamente, a família dependia dos programas sociais governamentais, de grupos filantrópicos vinculados à Igreja Católica, de amigos e de repasses de doações da associação dos moradores. Percebia-se que as crianças eram negligenciadas pelos pais, não somente com relação à questão econômica, mas principalmente em relação às questões de ordem emocional.

Na família 13, a mãe era a figura que, ao chegar a casa, cansada do trabalho e da escola, se dividia entre carinho e represália, diante do que lhe era informado sobre os acontecimentos do dia. Nessa família, os cinco primeiros filhos nasceram sem a presença dos pais, e os dois últimos eram fruto da união com o último companheiro.

Cabe salientar que a chefe dessa família expulsou o referido companheiro, em razão de a filha mais velha ter relatado abuso sexual por parte dele. Em virtude do caso ainda não ter sido julgado, diante da separação do casal, o ex-companheiro ganhou judicialmente o direito de visitas: quinzenalmente, tendo permissão para passar o final de semana com os dois filhos, aproveitava-se dessas ocasiões para persuadi-los, com brinquedos caros. A presença constante do abusador significava, para a adolescente, uma agressão psicológica permanente.

Em relação à situação socioeconômica dessa família, a mãe era a única provedora do lar. A família não participava de nenhum programa de transferência de renda do poder público, como também os dois últimos filhos não estavam recebendo a pensão alimentícia do pai, em virtude de seu recente desemprego.

Quando questionada sobre o temor de que a violência sexual se repetisse, a mãe afirmou que se dava por impedida de proteger os filhos, diante de uma determinação judicial.

A família 06 era de procedência nordestina e a mãe se mudara para Santa Catarina, com a intenção de proteger os filhos, fugindo do ex-companheiro, pessoa violenta e perigosa, que prometia matar os três adolescentes – dois meninos e uma menina, seus enteados. Diante da notícia de que o ex-companheiro havia sido assassinado, se preparavam para voltar à região de origem.

A menina, uma jovem de 15 anos, estava grávida do seu primeiro namorado, homem de 30 anos, que não se dedicava a nenhum tipo de ocupação e que a agredia fisicamente, com frequência. Diante da insistência da mãe, a filha havia abandonado a recente união, antes mesmo do nascimento do bebê.

Nessa família, a mãe era a provedora: mantinha a casa com salário de diarista. Optou por “diárias”, pois o emprego formal, na mesma função, reduziria consideravelmente o valor líquido recebido pelo trabalho. Relatou que, ao perceber que a atividade solicitada era

superior à sua capacidade física, levava um de seus filhos para ajudá-la. Geralmente permitia que a filha ficasse em casa, para providenciar os afazeres domésticos, na sua ausência.

Os filhos brigavam bastante, entre si, e apresentavam atraso escolar, em relação à idade. A menina já havia afirmado que, por conta da gravidez, abandonaria os estudos.

A família dependia da rede de apoio, para sobreviver: amigos, filantropia católica, associação dos moradores. A mãe destacou sua dificuldade em ser atendida por algum programa público.

Na família de número 04, a mãe também era de origem nordestina e residia em Santa Catarina há trinta anos. Os três primeiros filhos nasceram sem a presença dos pais e a mãe recorreu ao poder judiciário, para reconhecer a paternidade da filha caçula. Esse reconhecimento, entretanto, não culminou em pagamento de alimentos.

A mãe disse que enfrentava problemas de convivência com a filha mais velha, o que já havia levado a menina a buscar alternativas para não residir na mesma casa: morar com o namorado, com amigas e sozinha. No entanto, não passaram de tentativas falidas. A jovem retornou para casa, mas continuava verbalizando o desejo de se mudar. A mãe explicou que sofria com o posicionamento da filha; se sentia traída.

Dos outros dois filhos, se obteve a informação de que o mais velho havia concluído o segundo grau, não pretendia continuar estudando e ocupava-se de “bicos”; o menor cursava o segundo grau e desejava ingressar no ensino superior.

Nenhum dos filhos contribuía nos afazeres domésticos: nem meninos, nem meninas. Como precisava de ajuda no cuidado com a casa, a mãe pagava pequenas quantias para que a caçula providenciasse a organização e a limpeza do local.

A mãe dessa família, única provedora do lar, era auxiliar de serviços gerais (vínculo formal – jornada de 8 horas diárias). Ao chegar em casa, lavava e passava roupas de outras pessoas e fazia pequenos reparos de costura, para complementar a renda. Disse que a educação dos filhos sempre fora sua responsabilidade e se via irritada, com a falta de disciplina.

Durante a entrevista, a mãe relatou que sofrera violência sexual, quando jovem, e que seu pai (a mãe já havia falecido) não tomou nenhuma atitude contra o agressor; apenas mudaram-se de estado – foram para o Paraná.

Pode-se perceber que a vida dessas famílias mononucleares girava em torno da mulher empobrecida, comprovando o que Alencar (2000) intitula de *feminização da pobreza*. A autora relata que esse perfil de família enfrenta inúmeras adversidades, em consequência do trabalho desqualificado, instável e mal-remunerado das mulheres.

A sobrecarga das despesas e cuidados domésticos aliada à quase inexistência de políticas públicas, que privilegiem o recorte de gênero, acabam por fragilizar ainda mais essas famílias. (ALENCAR, 2000, p. 69)

Se comparadas às situações mencionadas no capítulo anterior, o modelo dessas famílias retrata as mudanças referentes à fragilização das relações conjugais, à dupla jornada de trabalho feminino, a se ter tornado natural o nascimento de filhos, independente da existência vínculos formais entre os pares, sem que isso signifique que a mulher estará sujeita a punições e discriminações. A partir da discussão supracitada, observa-se a incidência significativa de famílias chefiadas por mulheres, muito embora ainda perdure, no imaginário coletivo, a idealização da família nuclear (CARVALHO, 2006).

Dos outros entrevistados, observa-se que o modelo nuclear representa 75% do total.

Nas entrevistas dessas famílias, as mulheres afirmaram que existe compartilhamento de poder: pai e mãe exerciam a função educativa com relação aos filhos e participavam dos processos decisórios. No entanto, suas falas sobre o cotidiano revelaram serem elas as responsáveis por freqüentar reuniões das escolas e do projeto, levar os filhos ao médico e acompanhar as crianças em eventualidades. Observou-se que a figura masculina isentava-se do cuidado diário dos filhos.

A saída da mulher do espaço privado para o espaço público pode ter trazido maior satisfação e realização pessoal, mas lhe trouxe também a dupla jornada: 81,25% das mulheres entrevistadas exerciam atividade remunerada, além da doméstica.

Os homens se limitavam a fazer pequenas atividades domésticas, enquanto as mulheres estavam trabalhando e, quando elas chegavam, ainda precisavam concluí-las. Tal cenário se alinha ao resultado da pesquisa do IBGE (2006, p. 2): “mesmo com a maior participação das mulheres no mercado de trabalho e as mudanças nos padrões familiares brasileiros, a responsabilidade no cuidados dos afazeres domésticos ainda era (2006) predominantemente feminina”.

Nota-se, portanto, que a participação masculina no espaço doméstico está longe de ser percebida como uma divisão igualitária de tarefas entre homens e mulheres.

Cabe salientar que, mesmo trabalhando, as mulheres não são economicamente as mais favorecidas. O favorecimento, se é que existe, surge em função de que um maior número de membros está contribuindo para o sustento da família. Alencar (IDEM) comenta que este artifício utilizado pelas famílias tem a ver com problemas de desemprego, mudanças sucessivas de ocupação ou trabalho desqualificado, precarizado ou com baixos salários. O

modelo de acumulação do capital ocasionou uma precariedade maior na vida das famílias das classes trabalhadoras, forçando as mulheres, adolescentes e até mesmo as crianças a entrarem no mercado de trabalho, formal ou informal, numa tentativa de assegurar a sobrevivência do grupo familiar, ou mesmo na tentativa de mantê-lo num determinado patamar já alcançado.

Essa participação das crianças, comentada por Alencar (2000), também foi detectada em várias das famílias entrevistadas. Cuidando de carros em eventos esportivos, vendendo material reciclado (latas de alumínio e papelão) e prestando pequenos serviços, as crianças iniciam-se no mundo do trabalho, cada vez mais cedo.

Muito embora conhecedoras do Estatuto da Criança e do Adolescente, as mães alegavam precisar da contribuição dos filhos, para garantir a sobrevivência da família e as próprias vontades das crianças – brinquedos, roupas, remédios e guloseimas: “no final a gente acaba comprando o que eles precisam mesmo”, informou a mãe da família 02.

No que diz respeito à escolaridade e à ocupação dos pais, são apresentados os seguintes dados:

Tabela 3 – Escolaridade dos pais

Família	Pai	Mãe	Responsável
01	2º ano do ensino fundamental	1º ano do ensino fundamental	
02	5º ano do ensino fundamental	ensino médio completo	
03	ensino médio completo	8º ano do ensino fundamental	
04	-	1º ano do ensino fundamental	
05	4º ano do ensino fundamental	5º ano do ensino fundamental	
06	-	2º ano do ensino fundamental	
07	5º ano do ensino fundamental 2º ano do ensino superior	2º ano do ensino médio	
08	incompleto	7º ano do ensino fundamental	
09	4º ano do ensino fundamental	5º ano do ensino fundamental	
10	7º ano do ensino fundamental	4º ano do ensino fundamental	
11	7º ano do ensino fundamental	6º ano do ensino fundamental	
12	4º ano do ensino fundamental	5º ano do ensino fundamental	
13	-	2º ano do ensino médio	
14	2º ano do ensino fundamental incompleto	ensino médio completo	
15	-	-	1º ano do ensino fundamental
16	5º ano do ensino fundamental	ensino médio completo	

Fonte: dados primários de levantamento realizado pela autora, no período de Set/06 a Fev/07.

Tabela 4 – Ocupações dos pais

Pais	Incidência		Mães	Incidência	
	Número	Percentual		Número	Percentual
Vendedor ambulante	02	17%	Aux. Ser. Gerais	05	31%
Motorista	01	8%	Doméstica	03	19%
Aux. serv. gerais	01	8%	Do lar	02	13%
Aux. pedreiro	01	8%	Comerciária	01	6%
Mecânico	01	8%	Diarista	02	13%
Descarregador de caminhão	01	8%	Ajudante de costura	01	6%
Serv. púb. (lixeiro)	01	8%	Bancária	01	6%
Preparador de pintura	01	8%	Servente	01	6%
Agenciador de passagens	01	8%			
Chapeador	01	8%			
Colocador de box	01	8%			
Total	12	100%	Total	16	100%

Fonte: dados primários de levantamento realizado pela autora, no período de Set/06 a Fev/07.

Os dados acima evidenciam que os pais tinham ocupações subalternas e desqualificadas, apontando algumas que exigem mais força física do que instrução formal. Há um expressivo percentual da inserção da mulher no mercado de trabalho, com 87% do total tendo dupla jornada de trabalho. Os 13% restantes representam mulheres que se intitulavam “do lar”, mas que, eventualmente, executavam alguma atividade informal. Uma delas foi dispensada do trabalho, após o nascimento do último filho, e a outra se revelava incapaz para o trabalho formal, devido a problemas de saúde.

Cabe ressaltar que uma família mononuclear e outra nuclear estavam buscando, através da escolarização, romper com o ciclo da pobreza. A família 08 é a única em que um dos membros chegou ao 3º grau. O pai, através do programa de bolsas de estudo do governo federal, e se utilizando do resultado do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), conseguiu ingressar na faculdade. A mãe retomou os estudos e estava concluído o primeiro grau. Ambos assumiam o interesse em reverter a situação socioeconômica em que se encontravam.

Um outro caso registrado no trabalho foi o da família 13. A mãe, embora com uma dupla jornada de trabalho, voltou a estudar, depois da separação do último companheiro, e pretendia conseguir um emprego melhor. A mãe trabalhava como servente numa empresa de transportes coletivos.

Apesar de se ter podido observar algumas pessoas direcionando suas vidas através da educação, buscando com isso habilitar-se a uma colocação melhor no mercado de trabalho, a

maioria se apresentava com pouca escolaridade, ocupando nichos profissionais de baixa remuneração, como pode ser demonstrado no gráfico e tabela que seguem.

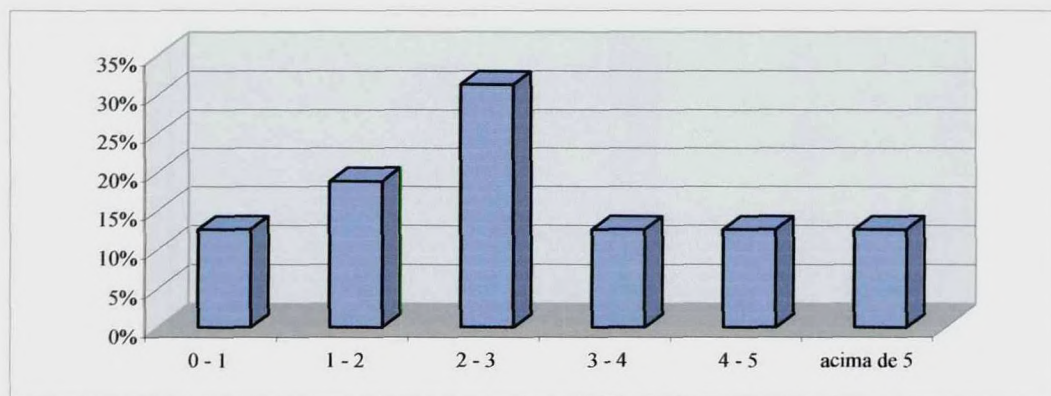


Gráfico 4: Renda Familiar *per capita* medida em salários mínimos

Fonte: dados primários de levantamento realizado pela autora, no período de Set/06 a Fev/07.

Tabela 5 – Renda familiar *per capita*

Família	Renda (R\$)	Nº. componentes	Per capita	Transferência de renda (R\$)
01	800,00	09	88,88	-
02	1.850,00	06	306,33	-
03	800,00	04	200,00	-
04	700,00	05	140,00	-
05	1.700,00	03	566,00	-
06	300,00	05	60,00	-
07	1.900,00	03	633,00	-
08	1.000,00	03	333,00	-
09	650,00	06	115,00*	45,00
10	1.040,00	10	108,50*	45,00
11	920,00	06	153,00	-
12	1.105,00	04	276,25	-
13	720,00	08	90,00	-
14	1.400,00	04	350,00	-
15	360,00	04	113,75*	95,00
16	1.600,00	04	400,00	-

*Incluindo benefícios de programa de transferência de renda.

Fonte: dados primários de levantamento realizado pela autora, no período de Set/06 a Fev/07.

Sobre o rendimento familiar, 50% das famílias entrevistadas sobreviviam com renda *per capita* inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo (conforme o valor de salário mínimo vigente no período do estágio), correspondendo a R\$ 360,00 mensais. Dessas famílias, somente 26,6% eram beneficiadas pelo programa de transferência de renda do governo federal, o Bolsa Família.

Com relação aos programas de transferência de renda, se pode dizer que houve um avanço no desenho de redes de proteção social, de acordo com Vitale; Acosta; Carvalho (2003), principalmente quando foi feita a opção pela família e não pelo indivíduo, com a substituição das transferências em espécie (cestas básicas) por monetária, o que permitiu às famílias pobres exercerem autonomia e escolha. Contudo, um fato citado pelas referidas autoras, que se repetia nas famílias em questão, está ligado ao registro de famílias fora da rede de proteção social, mesmo apresentando os *critérios de miserabilidade* exigidos para o ingresso nos programas.

Cabe salientar que as autoras atentam para a questão de que tais programas não priorizam a família, mas o grupo infante-juvenil, o que pode sinalizar uma armadilha, pois a superação da pobreza é transportada para o futuro e vai depender do desenvolvimento dos filhos. Ou seja, “do potencial includente das intervenções relativas às crianças no presente” (VITALE; ACOSTA; CARVALHO, 2003).

Sobre a situação da propriedade, a seguir a Tabela 6:

Tabela 6 – Situação da propriedade

Situação	Incidência	
	Qt.	Percentual
terreno coletivo (propriedade familiar)	5	31%
área irregular	5	31%
Alugada	4	25%
Própria	2	13%
Total	16	100%

Fonte: dados primários de levantamento realizado pela autora, no período de Set/06 a Fev/07.

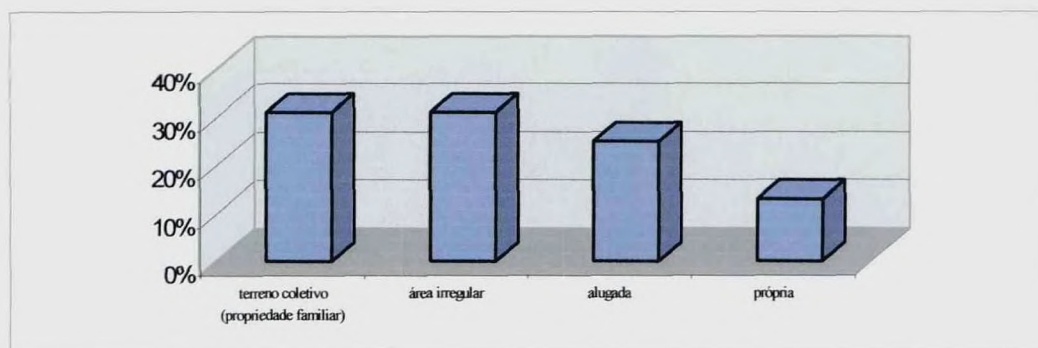


Gráfico 5: Situação da propriedade.

Fonte: dados primários de levantamento realizado pela autora, no período de Set/06 a Fev/07.

Outro importante item a ser salientado é o que informa o tipo de moradia dessas famílias, dado que remete ao descaso dos poderes públicos em relação à política habitacional.

Um número significativo dessas famílias morava em ocupações irregulares, naquelas áreas já citadas quando da descrição do bairro, e de propriedade de uma companhia estadual. Por ser uma área incluída no patrimônio financeiro da companhia, a posse não podia ser transferida para os moradores, fazendo-se necessária vontade política tanto do poder público municipal quanto do estadual.

De sua parte, a diretoria da Associação dos Moradores do Jardim Amodelar relatou que, em conversa informal com o representante do Ministério Público, obteve a informação de que qualquer processo a ser encaminhado para a justiça deveria ter a adesão de 100% dos moradores. Mas, pelo envolvimento político-partidário a que eram expostos esses moradores (favorecimentos, como material de construção, exames médicos, entre outros), em nenhum momento a Associação conseguiu a adesão desejada.

Desse modo, sem a obtenção legítima da posse do lugar que ocupam, as famílias se viam impedidas de instigar a Prefeitura Municipal para que enviasse projetos ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, com o objetivo de urbanizar as precárias condições de suas moradias.

Contudo, não somente naquelas residências situadas em áreas de ocupação a moradia mostrava-se precária. Naquelas de propriedade dos parentes também se encontravam poucas condições de habitabilidade: espaços individuais divididos com panos, pedaços de tapetes velhos fazendo a vez de pisos, ausência de forro no teto, madeiras do telhado apodrecidas, poucas aberturas, que não ofereciam ventilação, habitações quentes no verão e frias no inverno. Essa situação é relatada com propriedade por Carvalho (2000, p.99), através do trecho:

Os barracos de favela, os cômodos de cortiços, os bairros periféricos que não garantem privacidade, acabam por esgarçar os vínculos maiores da família nuclear.

O direito a privacidade não é sequer sonhado pelos grupos familiares empobrecidos.

Uma das entrevistadas, pertencente à família denominada com o número 02, informou residir, há mais de vinte anos, no terreno de propriedade de seus pais. Relatou o desejo de não melhorar suas condições da casa onde morava, porque queria comprar um imóvel: “a idéia é deixar algo para meus filhos, que mais tarde eles tenham um lugar deles para morar”.

Um dado que convém informar é que, mesmo aquelas famílias que residiam em casas alugadas, estas estavam quase tão precárias quanto as de outras categorias, ou seja, das localizadas em área de ocupação irregular e nos terrenos de uso coletivo (de parentes).

Nos 13% das famílias possuidoras de casas próprias, 6,5% delas estavam ainda em fase de acabamento, e 6,5% em situação semelhante à das famílias de classe média da comunidade, ou seja, casa de alvenaria com três quartos, sala, cozinha, dois banheiros, área de serviços e garagem, com boa pintura em boas condições e móveis feitos sob medida.

Com relação à idade das crianças e dos adolescentes das famílias visitadas, é apresentada a Tabela 7:

Tabela 7 – Idade das crianças e adolescentes

Idades	Incidência	
	Qt.	Percentual
entre 0 e 5	7	13%
entre 6 e 10	19	36%
entre 11 e 15	17	31%
entre 16 e 20	9	16%
entre 21 e 25	2	4%
Total	54	100%

Fonte: dados primários de levantamento realizado pela autora, no período de Set/06 a Fev/07.

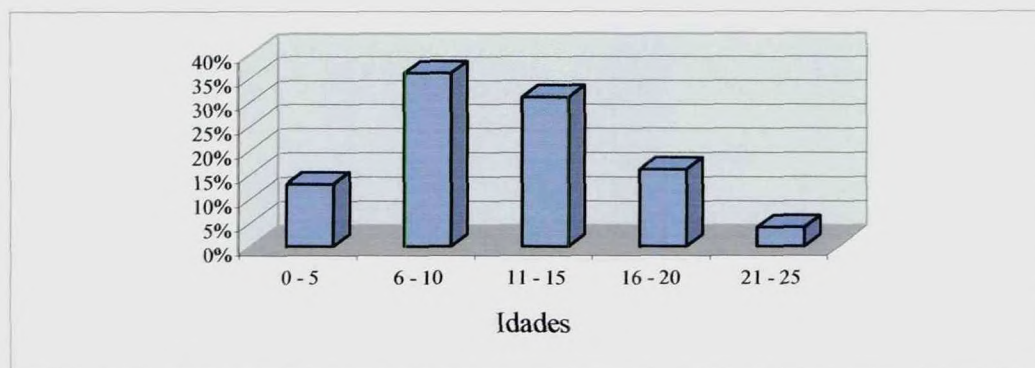


Gráfico 6: Idade das crianças e adolescentes

Fonte: dados primários de levantamento realizado pela autora, no período de Set/06 a Fev/07.

A tabela e o gráfico mostrados têm a propriedade de tentar elucidar a permanência do grau de pobreza notada nessas famílias. Se percebermos que grande parte das crianças e adolescentes ocupa as faixas de 06 -10 anos e de 11-15 anos, idades em que a maioria, embora deseje, não pode legalmente exercer uma profissão, compreende-se que, somente através de “bicos”, é que poderão contribuir para o aumento da renda familiar.

Das famílias que contam com adolescentes e jovens em idade produtiva, de um total de nove, um abandonou os estudos para, segundo informações da mãe, auxiliá-la a cuidar de um irmão menor que estava na lista de espera para transplante de rins. Outro tinha problemas fonoaudiológicos e não saía do quarto, a não ser para ir à escola. Segundo a mãe desse

adolescente, ele estava aguardando a chamada para atendimento especializado na Faculdade Estácio de Sá. Os demais adolescentes se dedicavam somente aos estudos.

Os jovens que correspondem a 4% se encontravam desempregados, fazendo trabalhos caracterizados como desqualificados (biscates), na tentativa de contribuir na renda familiar. Alencar (2000, p. 7), sobre isso, relata:

O ingresso no mercado de trabalho não lhes assegura um futuro diferente. Isso porque, ao se inserirem no mundo do trabalho em ocupações desqualificadas, mal remuneradas e de exploração, nada acrescentam, em termos de uma profissionalização adequada que os prepare para enfrentar um mercado de trabalho extremamente competitivo e especializado. Nessa condição, configura-se uma situação que tende a reproduzir o círculo vicioso de pobreza na qual as crianças e os adolescentes das famílias dos trabalhadores pobres se situam.

Fatos concretos de subempregos ou de trabalhos desqualificados sendo exercidos por esses jovens eram uma constante nas famílias entrevistadas, motivados pela ineficácia de políticas públicas, que acabam por atribuir à família a responsabilidade pelo futuro de seus membros. É possível relacionar a idade dessas crianças e adolescentes com a série escolar que frequentavam.

Tabela 8 – Relação idade X série escolar

Família	Qt. filhos	Filhos com atraso escolar
01	07	06
02	04	02
03	02	-
04	04	-
05	01	-
06	03	02
07	01	-
08	01	-
09	04	-
10	08	04 (01 abandono)
11	04	-
12	02	-
13	06	03
14	02	-
15	03	03
16	02	-

Fonte: dados primários de levantamento realizado pela autora, no período de Set/06 a Fev/07.

Do total das crianças e adolescentes dessas famílias, 36,36 % estavam com atraso, em relação à série escolar. Uma situação que merece ser ressaltada é o caráter de normalidade

com que o fato é entendido pelos pais: “Eu também tive muita dificuldade para aprender a ler, tanto que até parei de estudar”, informou a entrevistada 01.

Conversando com as crianças, percebia-se que a sua concepção não diferia muito da dos pais: “não consigo ler”, “não si fazer isso, não adianta insistir, que eu não sei”, “acho muito difícil”, “eu sou burro mesmo”, “não gosto de estudar”. Os técnicos do projeto definiam essas crianças como portadoras de comportamentos polarizados, pois demonstravam apatia frente à escolarização e violência frente a pensamentos discordantes dos seus.

Os aspectos que determinam os atrasos escolares nesses grupos familiares estavam relacionados, entre outros, ao processo de reprodução social em que viviam essas crianças e adolescentes, oriundos de famílias empobrecidas, numa sociedade que lhes reserva uma posição social subalterna e discriminada (SZYMANSKI, 2002), através de uma ideologia incorporada, ao longo dos anos de submissão.

Associadas às possíveis respostas que induziam ao atraso escolar, como a degradação da situação financeira, a dupla jornada das mães, e a discriminação social, se podem citar as práticas educativas exercidas por essas famílias junto a seus filhos. Das famílias entrevistadas, 93,75% alegavam se utilizarem de práticas educativas autoritárias, baseadas na imposição e no controle, combinadas com palmadas e chineladas, ou seja, a obtenção da disciplina por meio da punição física. Trabalhos, como o de Montandon²¹, indicam que pais das camadas populares teriam menor propensão para elaborar um projeto educativo para seus filhos, assim como para dedicar tempo para explicar os motivos de suas exigência, e tenderiam a satisfazer seus caprichos ou a puni-los, sem se preocupar com a intenção que os levou a tais atos. E conclui afirmando que filhos de pais autoritários são menos competentes, tanto no plano escolar como plano das relações com os outros.

Em dados sistematizados e não incluídos em gráficos ou tabelas, se encontrou uma das famílias que dizia utilizar-se de outras práticas disciplinares, baseada, sobretudo, na negociação, na comunicação franca, atribuindo um peso significativo à relação afetiva entre pais e filhos.

Outras questões pontuais que circulavam o universo dessas famílias e que não foram sistematizadas em forma de gráfico ou tabela, dizem respeito à constatação de que em uma das famílias, o pai era usuário de drogas ilícitas e, em outra, o pai fazia uso abusivo de bebidas alcoólicas. Uma criança participante no projeto precisava de cuidados especiais de saúde, devido à necessidade de transplante renal. Três participantes eram crianças

²¹ Antropólogo de origem francesa.

abandonadas pelos pais, deixadas aos cuidados de uma avó, cuja saúde apresentava-se muito debilitada, e que vivia sem qualquer ajuda financeira por parte dos genitores.

2.4 ESTABELECENDO ALGUNS DADOS COMPARATIVOS ENTRE AS CARACTERÍSTICAS FAMILIARES EM PERÍODOS DISTINTOS

Para efeitos elucidativos, se optou por comparar características adotadas em períodos já descritos no primeiro capítulo, com aquelas observadas *in loco*, ou seja, com as características das famílias atendidas pelo Projeto Ser Criança.

Nos anos de 1950, as mulheres experimentavam a emancipação feminina e seu ingresso no mercado de trabalho. Na realidade do Projeto, as mulheres estavam inseridas no processo produtivo e continuavam responsáveis por suas atribuições tradicionais, acumulando duas jornadas de trabalho.

A sociedade conjugal conquistou legalmente a igualdade de atribuições, no entanto, as mulheres das famílias visitadas demonstraram que, em sua situação, havia uma suposta ausência de hierarquização: ainda executavam tarefas descritas como eminentemente femininas, como lavar, passar, cozinhar e cuidar dos filhos e do marido; os filhos demandavam muito do seu tempo: precisavam acompanhá-los na escola, no projeto, em médicos, entre outros, além de encarregarem-se das trocas afetivas, conversas, planejamentos e disciplina.

As mulheres das famílias visitadas alimentavam, em seu imaginário, e verbalizavam a existência de um compartilhamento de poder que, na verdade, não chegou ao seu cotidiano prático, e permanecia nas linhas da Constituição de 1988.

Conforme os preceitos teóricos atuais, e segundo informação das entrevistadas, o casamento formal realmente deixou de ter um valor significativo nessas famílias: elas acreditavam que a união ocorre pelo afeto, fator determinante para que seja ou não duradoura.

As etapas que antecedem o casamento (formal ou não), namoro e noivado, não seguem essa ordem, nas famílias entrevistadas. Os namorados alcançavam o patamar de companheiros e passavam a residir na casa de uma das famílias, sem que as mulheres fossem classificadas de levianas. No caso do rompimento da relação, o não parente se retirava da casa e ambos partiam para novos relacionamentos. Os filhos, se houvesse, ficam com a mãe ou com a avó.

Com relação à sexualidade, percebe-se que houve mudança acentuada. Em 1950, o sexo era permitido para a mulher, somente no contexto do casamento. As famílias

entrevistadas, no entanto, revelaram que a virgindade deixou de ser valorizada e associada à pureza. A mulher exercia a sexualidade em níveis semelhantes aos dos homens, e foi percebido um número reduzido de mulheres conservadoras e tolerantes quanto à infidelidade masculina; apenas uma das entrevistadas assim se manifestou. A maioria exigia igualdade de tratamento sobre a questão.

O sexo passou a ser tratado de maneira mais liberal. Atualmente, existe uma série de novas informações e de acessos a conhecimentos relativos ao assunto, que inexistiam em décadas passadas: métodos contraceptivos cada vez mais seguros estão ao alcance de todos. Entretanto, os rapazes, assim como as moças, pouco se preveniam da gravidez indesejada ou do contágio de doenças sexualmente transmissíveis.

Dessa forma, percebe-se que a faixa etária para a formação de nova família caiu significativamente, se comparada à de 1950, cuja média era de 23 anos para a mulher e de 26 e 27 anos para os homens.

Na tentativa de traçar um paralelo entre este breve recorte histórico, e os dados levantados no estudo, é preciso dizer que alguns jovens das famílias entrevistadas também já vivenciavam situações de serem pais, por desuso de métodos anticoncepcionais, mesmo tendo conhecimento e acesso a eles. Dos 9 adolescentes pertencentes às famílias entrevistadas, com faixa etária entre 16 e 20 anos, cinco já tinham filhos.

Retornando ao que aponta o primeiro capítulo, percebe-se que, até os anos de 1960, a concepção sobre família recaía sobre o modelo nuclear, cuja origem era o primeiro e único casamento. O cotidiano das famílias entrevistadas mostrou uma realidade diferenciada: existiam casais unidos pela primeira vez, por enlaço formal, assim como casais unidos informalmente pela segunda ou terceira vez, ou ainda famílias mononucleares chefiadas por mulheres.

Em outros momentos da história, a separação acometia a mulher de profundos sofrimentos, relativamente superados pelas mulheres entrevistadas, com esse perfil: elas sinalizaram para o abandono da dependência emocional e social da figura masculina. Nas famílias entrevistadas, a separação era encarada como algo natural, que pode ser vivido por qualquer pessoa.

Há um dado, porém, que as décadas de história não foram capazes de alterar em praticamente nada: o envolvimento da mulher com relação aos filhos. Exemplifica-se com as famílias entrevistadas: em somente duas delas, o homem era o responsável por trazer o filho ao projeto. Nas situações restantes, os pais ou padrastos não participavam de nenhuma atividade do espaço público que envolvesse as crianças.

Sob a alegação de que dispunham de tempo limitado para educar os filhos e de que sofriam com o estresse da dupla jornada de trabalho, as mulheres entrevistadas diziam valer-se de palmadas e chineladas, como forma de punir e disciplinar os filhos, em detrimento ao diálogo e ao convencimento. A tarefa de aconselhar foi prática relatada somente na família 08.

Através desse conjunto de dados notou-se que as dinâmicas vivenciadas pelas famílias do projeto diferenciavam-se em diversos aspectos aos modelos familiares observados ao longo da história. Em termos de igualdade legal entre os gêneros há um imensurável avanço, entretanto, ainda permanece no cotidiano muitos resquícios de hierarquização, especialmente no tocante às atribuições domésticas e tipos de ocupações exercidas por essas mulheres no mercado de trabalho. Outro ponto interessante a ser mencionado, é o discurso sobre os gêneros adotado por mulheres entrevistadas que ignoravam tais vestígios. Já em relação à possibilidade de ascensão de melhoria das condições de vida por parte dos sujeitos estudados, pode-se dizer que ainda são reduzidos os avanços para que haja uma real superação do ciclo de pobreza estabelecido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de concluir o presente trabalho, se considera necessário o resgate de aspectos primordiais para a compreensão das diversas características familiares, percebidos ao longo da história humana.

O resgate histórico sobre o tema fez perceber a predominância do elemento feminino nas sociedades primitivas e a “desocupação” do macho que, instigado pelo tempo livre, desenvolveu uma ideologia em que se ostentava como eixo principal, excluindo a mulher.

Na Idade Média, nos deparamos com uma família composta por uma profusão de pessoas: pais, filhos, tios, avós, agregados e criados; todos residindo na mesma casa. O referido local servia a diversas ocasiões: de encontros de negócios a visitas afetivas. Nesse período, as crianças eram retiradas de casa em tenra idade, para o ingresso em casas de mestres de ofício. Com o surgimento das escolas, mesmo que destinadas apenas aos meninos, emergiu um novo sentimento na sociedade: “o sentimento de família”.

Já na Idade Moderna nota-se que o homem passa a adotar uma postura de superioridade com relação à mulher. Cai o regime de linhagem e gera-se uma gradativa diminuição da liberdade e autonomia femininas. A casa adquire o caráter privado e a família passa a prezar a intimidade. O homem atua no espaço público e a mulher fica limitada ao espaço privado.

Existiam vários conflitos na dinâmica familiar da Idade Moderna e as regras de conduta moral eram extremamente severas, em especial às mulheres. Questões relativas ao patrimônio, à honra, ao sexo e à contaminação por doenças sexualmente transmissíveis eram fontes geradoras de dramas familiares.

A discussão sobre as famílias brasileiras apontou considerações sobre o modelo patriarcal – modelo de família nordestina – e sobre a família burguesa do sul. No primeiro caso, o homem branco, descendente de europeus, católico, mantinha sob seu comando a família, as concubinas, os escravos e os agregados; todos na mesma residência. As desigualdades de gênero permaneciam: as oportunidades acadêmicas eram oferecidas apenas aos meninos. Já a família burguesa do sul não era extensa; além dos filhos (que permaneciam em casa somente até constituírem suas próprias famílias), existiam os escravos e, eventualmente, algum agregado.

Contudo, a dificuldade das moças da elite branca, para encontrarem um marido que atendesse os pré-requisitos impostos pela classe dominante, era comum aos dois perfis de família.

Avançando os anos de 1950, percebe-se que a mulher continua, no imaginário da sociedade, como detentora dos papéis obrigatórios de esposa e de mãe, adequados às donas de casa que prezam o cuidado dos filhos e do marido.

Foi também nesse período da história que um maior número de mulheres lançou-se à academia e ao mercado de trabalho, este último buscado principalmente por mulheres das camadas desfavorecidas da sociedade.

Os anos de 1960 contaram com o surgimento de métodos mais seguros para o planejamento familiar, o que influenciou significativamente a dinâmica das famílias, pois possibilitou à mulher a escolha da maternidade e oportunizou sua inserção no mercado de trabalho, em mais larga escala.

Em 1988, foi promulgada a nova Constituição Federal, que trouxe alterações legais sobre o divórcio e permitiu que os casais unidos informalmente tivessem os mesmos direitos assegurados (previdenciários, guarda dos filhos, pensão alimentícia, etc.). Pela primeira vez, a mulher é legalmente tratada em pé de igualdade com o homem e a família é percebida como uma sociedade conjugal gerida por ambos.

Com relação à criança e ao adolescente, esse importante marco jurídico também apresentou avanços: universalizou a atenção, antes restrita ao “menor em situação irregular” e responsabilizou primordialmente os pais por sua criação, educação e formação.

Associando a evolução das características familiares contextualizada teoricamente àquelas percebidas no desenvolvimento do Projeto Ser Criança, foi possível visualizar uma série de novos arranjos familiares: casais em primeira união; casais que já haviam tido várias experiências conjugais; famílias mononucleares femininas; famílias chefiadas por idosos.

No entanto, comparando as características dessas 16 famílias àquela vivenciada nos anos de 1950 e 1960, percebe-se que algumas situações se perpetuam. Com relação à mulher, muito embora tenha conquistado seu lugar no mundo do trabalho, ela não recebe reconhecimento profissional condizente, principalmente aquelas oriundas de camadas populares e com pouca instrução formal. Ou seja, a conquista do mercado de trabalho não significou, necessariamente, melhora na sua condição de vida. Ao contrário: ela agregou para si outra jornada de trabalho, quase nunca compartilhada com o homem.

No caso das famílias analisadas, se pode dizer que essa situação permanece semelhante ao que se viu nos recortes históricos mencionados. Pois, embora elas discorressem

sobre suas uniões como se houvesse igualdade de poderes e de deveres entre marido e mulher, ao descreverem seu cotidiano evidenciavam que os homens não participavam do cuidado com as crianças e não contribuíam nos afazeres domésticos, mostrando, dessa forma, uma realidade que contradiz o seu desejo ou sua fantasia em relação ao companheiro.

Segundo os relatos obtidos, cabem às mulheres todos os cuidados com os filhos, compreendendo os ensinamentos sobre noções básicas de higiene, alimentação, vestuário, bem como os acompanhamentos diversos, tais como à escola, ao médico e ao projeto. Os homens se limitavam a efetuar eventuais cuidados, quando as mulheres estavam impossibilitadas de realizá-los.

Em relação à escolaridade das crianças e adolescentes, se ressalta o fato que algumas delas apresentarem atrasos nos anos letivos, em relação à idade cronológica. Isso pode ser interpretado, entre outros fatores, como uma consequência da própria baixa escolaridade dos pais, que, em muitos casos, não se configuram como agentes motivadores de seus filhos, para que assim possam romper com o ciclo da reprodução social da pobreza.

Por meio dos dados coletados, percebeu-se que a pouca escolaridade dos pais determina quais oportunidades de trabalho lhes são oferecidas: empregos precários, baixos salários e extensiva jornada de trabalho. O que pode acabar influenciando negativamente na intensidade e na qualidade do tempo despendido junto à família.

As indignas condições das moradias, em geral, são reflexos da falta de poder econômico que se perpetua entre as famílias. Contudo, para servir de contraponto, nota-se a presença de duas delas que buscam, através da educação, vencer a sina da pobreza.

Em relação ao último objetivo específico proposto, resgata-se o fato do Serviço Social trabalhar com famílias desde o surgimento da profissão, quando suas bases teórico-metodológicas ainda estavam pautadas em princípios paternalistas e assistencialistas, reproduzindo a ideologia da época. Ao longo da sua breve história, transformou sua prática numa atuação potencializadora de direitos, acompanhando as modificações da família, como instituição que sofreu mudanças em sua dinâmica, exigindo qualificação contínua daqueles profissionais que intervêm em seu cotidiano.

Ao Assistente Social cabe o desafio de conhecer não só a história, mas também de considerar os novos arranjos familiares, em suas dinâmicas. Assim, será capaz de se adequar às novas necessidades das famílias, de atendê-las em suas especificidades e de repensar constantemente sua intervenção. Entender a dinâmica familiar exige do profissional o afastamento dos pré-conceitos internalizados, a observação e a escuta sensíveis, para uma atuação madura, criativa e competente.

Os subsídios gerados com o presente Trabalho de Conclusão de Curso podem enriquecer a ação do Serviço Social da entidade onde o estágio foi desenvolvido, pois, segundo Netto (1996, p.109), novas competências remetem “à pesquisa, à produção de conhecimento e às alternativas de sua instrumentalização – e, no caso do Serviço Social, isso quer dizer conhecimentos sobre a realidade social”.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amélia Faller; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Famílias beneficiadas pelo Programa de Renda Mínima em São José dos Campos/SP: aproximações avaliativas. In: ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amélia Faller (orgs). **Famílias: Redes, Laços e Políticas Públicas**. São Paulo: IEE/PUC, 2003. p. 137-164.

ALENCAR, Mônica Maria Torres de. **Família no Brasil dos Anos 90**: Precariedade nas Condições de Vida e de Trabalho. Em Pauta Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ, RJ: UFRJ, nº 16, 2000. p. 65-78.

ARIËS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Tradução, FLAKSMAN, Dora. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos Anos Dourados. In: DEL PRIORE, Mary (org.) **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 607-639.

BILAC, Elisabete Dória. Famílias: algumas inquietações. In: **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Cortez Editora, 2006. p. 29-38.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. O lugar da família na política social. In: **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Cortez Editora, 2006. p. 15-22

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. A priorização da família na agenda da Política Social. In: KALOUSTIAN, S. M. (org.). **Família brasileira da base de tudo**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, UNICEF, 2000. p. 93-108.

COSTA, Ricardo da. **A educação Infantil na Idade Média**. Disponível em: <http://www.hottopos.com/videtur/17/ricardo.htm>. Acesso em 20/04/07.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, de 05 de outubro de 1988. Capítulo VII – Da família, da criança e do idoso. IN: **Legislação Brasileira para o Serviço Social**. 2ª ed. São Paulo: CRESS, 2006.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e Família Burguesa. In: DEL PRIORE, Mary (org.) **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 223-240.

ENCICLOPÉDIA DO ESTUDANTE. São Paulo: Nova Cultural, 1973. 4v.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do Sertão Nordestino. In: DEL PRIORE, Mary (org.) **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 241-277

FARIAS, Vilson Francisco de. **São José 256 anos em busca de suas raízes**. São José: Ed. do autor, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

GONOFRE, Roberto Maurício. Família: uma leitura jurídica. In: **A família contemporânea em debate**. São Paulo: Cortez Editora, 2006. p. 97-104

LEI Nº 8.662 – Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. IN: **Legislação Brasileira Para o Serviço Social**. 2ª ed. São Paulo: CRESS, 2006.

LEI Nº 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente. IN: **Legislação Brasileira Para o Serviço Social**. 2ª ed. São Paulo: CRESS, 2006.

MIOTO, Regina Célia Tamaso. Novos espaços ocupacionais do assistente social – Cuidados sociais dirigidos à família e segmentos sociais vulneráveis. IN: **Cadernos CEAD**. Módulo 4. Brasília: UNB, 2000. p. 216-224.

MONTANDON, Cléopâtre. **As práticas educativas parentais e a experiência das crianças**. Educ.Soc, Campinas, v.26. nº. 91, 2005. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302005000200010&Ing=pt&nrm=iso. Acesso em: 09 de junho 2007. Pré publicação.

MURARO, Rose Marie. **A Mulher no Terceiro Milênio**. Uma História da Mulher Através dos Tempos e Suas Perspectivas Para o Futuro. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social - Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. IN: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez Editora, Ano XVII, nº 50, abril,1996.

PERROT, Michelle (org.) **História da Vida Privada**, Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Schwarcz Ltda, 1997.

RAGO, Margareth. Trabalho Feminino e Sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (org.) **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 578-606

REIS, José Roberto Tozoni. Família, Emoção, Ideologia. In: LANE, S.T.M. e GODO, W. (orgs). **Psicologia Social: O homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 2001. p. 99-124.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SIMIONATO, Marlene Aparecida Wischral e OLIVEIRA, Raquel Gusmão. **Funções e transformações da família ao longo da história**. Disponível em <http://www.abpp.com.br/abppprnorte/pdf/a07simionato03.pdf>. Acesso em 22/05/07.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais 2006**. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticia_impresao.php?id_noticia=7. Acesso em 17/3/2007. p. 1-11.

SZYMANSKI, Heloisa. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, Cortez Editora, nº 71, 2002. p. 09-25

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO JARDIM AMODELAR
AMORJA
PROJETO SER CRIANÇA
Proposta de Intervenção de Estágio
- Fortalecendo Laços -

Data –
Hora –
Acadêmica –
Supervisora de Campo –

Identificação

Endereço –
Nome da mãe –
Data de nascimento –

Naturalidade –
(se não é nativa de São José qual foi a causa da mudança?)

Escolaridade –
(se parou qual o motivo, pretende um dia voltar a estudar, o que pensa sobre a educação).

Profissão –
(Qual o motivo de exercer tal profissão, gostaria de mudar?).

Renda –
(verificar, programas de transferência de renda e recebimento de pensão alimentícia).

Estado Civil –
(verificar se já houve outras uniões estáveis antes do atual, quantos?).

Nome do pai –
(identificar quais são os filhos consangüíneos)

Naturalidade –
(se não nativo de São José qual o motivo da mudança?).

Escolaridade –
(qual a causa de não ter continuado os estudos, se houvesse possibilidade retornaria a escola?).

Profissão –
(exerce tal profissão por escolha ou por falta de opção?)

Renda –

(em caso de segunda união, paga pensão para a primeira família?).

Nome e data de nascimento dos filhos

Escola onde estudam –

(a escola corresponde às expectativas, como é o tratamento as crianças/adolescentes?)

Série escolar -

(se repetente, quantas vezes não foi aprovado(a) ?).

Perfil da Residência

(verificar situações particulares, tipo de propriedade, situação legal).

Saúde

(relatos e queixas que tenham origem na saúde da família)

(tem algum tipo de convênio de saúde?)

(qual a opinião sobre o atendimento prestado pela unidade de saúde local?).

Antecedentes/Histórico Familiar

Dinâmica Familiar

(como os homens colaboram?)

(usam métodos contraceptivos?).

(qual o significado de uma separação?).

(como é visto pela família os futuros/atuais relacionamentos amorosos dos filhos)

(como é visto os paradigmas da vida sexual x virgindade)

Nome dos filhos participantes do Projeto

Visão sobre o Projeto

Qual o significado do Projeto para a família?

O que contém de bom?

O que pode ser alterado para melhor qualificar o atendimento?

Quais as queixas mais freqüentes dos participantes do Projeto?

Análise e Interpretação Social